



# **ACADEMIA MILITAR**

## **A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA EM MISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL**

**ASPIRANTE-ALUNO DE INFANTARIA NUNO FILIPE GONÇALVES  
CARVALHO**

**Orientador: Professor Doutor António Manuel Marques Nunes**

**Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria Álvaro Manuel Tavares de Carvalho  
Campeão**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho 2012**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA EM MISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL**

**ASPIRANTE-ALUNO DE INFANTARIA NUNO FILIPE GONÇALVES  
CARVALHO**

**Orientador: Professor Doutor António Manuel Marques Nunes**

**Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria Álvaro Manuel Tavares de Carvalho  
Campeão**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho 2012**

## **Dedicatória**

Ao meu Pai, que Deus o tenha sempre ao seu lado.

## **Agradecimentos**

Ao Sr. Doutor António Nunes apresento todo o meu reconhecimento e agradecimento pela disponibilidade demonstrada em orientar o meu trabalho, pelo tempo despendido, por ter esclarecido todas as dúvidas que iam surgindo e pela sua preocupação em que este trabalho fosse possível.

Ao Sr. Tenente-Coronel Álvaro Campeão por ter aceitado ser coorientador, pela ajuda em esclarecer dúvidas e pela sua disponibilidade em apoiar-me na elaboração do trabalho, bem como o seu contributo com a entrevista.

À Academia Militar e todos aqueles que nela servem, por toda a sólida formação intelectual, moral e cívica que me fez crescer, não apenas como militar, mas também como pessoa.

Ao Sr. Coronel Carlos Silva pela pronta disponibilidade em me receber, dar o seu contributo e esclarecer dúvidas numa altura em que o trabalho decorria menos bem.

Ao Sr. Comandante da Escola Prática de Infantaria, Coronel João Ribeiro, pela oportunidade concedida de realizar a entrevista e pela útil informação que me forneceu.

Ao Sr. Comandante Operacional Distrital de Lisboa, Elísio Oliveira, pelo tempo despendido nas entrevistas e pelo seu contributo informativo para a realização do presente trabalho.

Ao Sr. Tenente-Coronel Victor Cipriano, Diretor do Curso de Infantaria, pela preocupação constante com os elementos do curso e para que os trabalhos decorressem dentro dos prazos estabelecidos.

Ao Sr. Major Ricardo Cristo pela possibilidade que me concedeu para consulta de alguns documentos importantes para este trabalho.

Ao Sr. Capitão Nuno Marçal, Diretor do Tirocínio para Oficial de Infantaria, pela preocupação com a feitura dos trabalhos.

Ao Sr. Capitão Bruno Mendes pela preocupação em fornecer a informação e documentos desde o início da redação do trabalho e pela disponibilidade para ser entrevistado.

Ao Sr. Engenheiro Carlos Trindade por me ter recebido no Serviço Municipal de Proteção Civil de Mafra e pelo contributo com documentação e informação, bem como, pela entrevista que foi útil para a realização deste trabalho.

Ao Sr. Doutor António Ferreira pela forma como me recebeu e, desde logo, se disponibilizou para contribuir naquilo que fosse possível para o sucesso da investigação e pela prontidão em responder à solicitação da entrevista.

Ao Sr. Tenente José Venâncio por ter dado o seu contributo na realização de uma entrevista.

Ao Sr. Tenente Leonel Nogueira por se ter disponibilizado para apoiar no que pudesse e por ter contribuído com uma entrevista para este trabalho.

Ao Sr. Tenente Bruno Santana que despendeu o seu tempo com a realização da entrevista, dando o seu contributo para o trabalho de campo.

Ao Sr. Tenente Cristiano Santos, não só pela sua opinião sobre o trabalho e contributo com informação, mas também por ter proporcionado que fosse possível a realização da entrevista.

À minha Mãe, Irmãos e Namorada por terem feito com que fosse possível chegar até aqui e por todo o esforço que fizeram para que não me faltasse nada durante o meu percurso. A eles, também por todo o tempo que não lhes dediquei.

## Resumo

Este trabalho de investigação recolhe opiniões sobre se a preparação da Escola Prática de Infantaria para participar em missões de proteção civil é a mais adequada.

O objetivo final deste trabalho é abordar um tema que, não é frequentemente estudado mas que em virtude da atual conjuntura se torna pertinente e cada vez mais necessário. O trabalho possui uma parte teórica e uma parte prática. Na primeira, o objetivo é analisar o quadro legal e concetual e verificar a existência de legislação e normas que enquadrem este tipo de missões. Na segunda parte, o objetivo é recolher informações e dados que permitam chegar às conclusões e responder à problemática lançada no início do estudo. O trabalho de campo tem como objetivo, também, contribuir com experiências e opiniões para o aumento da eficiência da Escola Prática de Infantaria neste tipo de missões.

A metodologia empregue no trabalho é baseada, na sua maioria, no Manual de Investigação em Ciências Sociais, cujos autores são Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt. No entanto, são referidos outros autores na área da metodologia, como Gil, Carmo e Ferreira, Sarmento e Coutinho.

O trabalho permite verificar que existem melhorias que os entrevistados entendem que deverão ser feitas. Deve existir uma maior aposta na formação e treino, uma maior preocupação e sensibilização dos altos escalões para a área da proteção civil e uma maior atenção aos meios de proteção que os militares utilizam para cumprir as suas missões.

A conclusão a que se chega é que a Escola Prática de Infantaria encontra-se preparada para responder às solicitações da estrutura da proteção civil, no entanto existem lacunas no que respeita à formação e treino e à falta de equipamento para esta tipologia de missões.

A investigação permite igualmente dizer, de acordo com as opiniões dos entrevistados, que deverá existir um incremento de meios, mais estudos nesta área e maior articulação entre as entidades estudadas.

**Palavras-chave:** EPI; Proteção Civil; Plano Lira; Plano Aluvião; Serviço Municipal de Proteção Civil.

## **Abstract**

This research explains if the preparation of the Infantry Training School for missions of Civil Protection is the most appropriate.

The final goal of this research is to approach a subject that is not frequently studied but due to the current situation it becomes increasingly relevant and necessary. This work has a practical and theoretical part. In the theoretical part, the goal is to analyze the legal and conceptual board and verify the existence of legislation and standards that frame that type of mission. In the practical part, the goal is to collect information and data to reach conclusions and to respond to the problems thrown at baseline. The fieldwork aims also to contribute with experiences and opinions to increase the efficiency of the Infantry Training School on missions like this.

The methodology used in this work is mostly based in the manual of investigation in social science, whose authors are Raymond Quivy and Luc Van Campenhoudt. However, other authors are referred in the methodology area, as Gil, Carmo and Ferreira, Sarmento and Coutinho.

The work allows verifying that there are improvements to be made. There should be a greater investment in education and training, a greater concern and awareness of the highest levels for this area of civil protection and a greater attention to the means of protection that the military use to fulfill their missions.

The conclusion reached is that the Infantry Training School is prepared to respond to requests from the structure of Civil Protection. However gaps exist with regards to education, training and lack of equipment for this type of missions.

The investigation also allows saying that there should be an increase of resources, more studies in this area and greater coordination between the agencies studied.

**Key Words:** EPI; Civil Protection; “Lira” Plan; “Aluvião” Plan; Municipal Civil Protection Service.

## Índice Geral

|   |          |
|---|----------|
| Dedicatória .....   | ii       |
| Agradecimentos .....  | iii      |
| Resumo .....  | v        |
| Abstract .....  | vi       |
| Índice Geral .....  | vii      |
| Índice de figuras .....   | xii      |
| Índice de tabelas .....   | xiii     |
| Lista de Apêndices e de Anexos .....                              | xiv      |
| Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....                   | xv       |
| <br>  |          |
| <b>Capítulo 1 - Introdução.....</b>                               | <b>1</b> |
| 1.1. Enquadramento da investigação .....                          | 1        |
| 1.2. Importância da investigação e justificação da escolha .....  | 1        |
| 1.3. Definição dos objetivos.....                                 | 4        |
| 1.4. Delimitação da investigação .....                            | 5        |
| 1.5. Metodologia .....  | 5        |
| 1.6. Enunciado da estrutura do trabalho .....                     | 8        |
| <br>  |          |
| <b>Capítulo 2 - Revisão de literatura – Enquadramento legal e</b> |          |
| <b>conceitual.....</b>  | <b>9</b> |
| 2.1. Introdução .....   | 9        |
| 2.2. Constituição da República Portuguesa .....                   | 9        |
| 2.3. Legislação de âmbito militar .....                           | 10       |



|   |    |
|---|----|
| 2.3.1. Lei de Defesa Nacional .....   | 10 |
| 2.3.2. Conceito Estratégico de Defesa Nacional .....                                    | 10 |
| 2.3.3. Lei Orgânica de Bases da Organização das<br>Forças Armadas .....                 | 11 |
| 2.3.4. Conceito Estratégico Militar .....   | 11 |
| 2.3.5. Missões Específicas das Forças Armadas .....                                     | 12 |
| 2.3.6. Lei Orgânica do Estado-Maior-General das<br>Forças Armadas .....                 | 12 |
| 2.3.7. Lei Orgânica do Exército.....  | 13 |
| 2.4. Lei de Segurança Interna .....   | 14 |
| 2.5. Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência .....                          | 14 |
| 2.6. Legislação do âmbito da Proteção Civil .....                                       | 15 |
| 2.6.1. Lei de Bases da Proteção Civil .....   | 15 |
| 2.6.2. Lei Orgânica da Autoridade Nacional de<br>Proteção Civil .....                   | 16 |
| 2.6.3. Sistema Integrado de Operações Proteção de<br>e Socorro .....                    | 17 |
| 2.6.4. Diretiva Operacional Nacional .....  | 17 |
| 2.6.5. Proteção Civil ao nível municipal .....  | 18 |
| 2.7. Participação das Forças Armadas em Missões de<br>Proteção Civil.....               | 19 |
| 2.8. Participação do Exército em Missões de Proteção Civil .....                        | 19 |
| 2.9. Participação da Escola Prática de Infantaria em Missões<br>de Proteção Civil ..... | 20 |
| 2.9.1. O Plano Lira na Escola Prática de Infantaria .....                               | 20 |
| 2.9.2. O Plano de Operações Aluvião na Escola Prática<br>de Infantaria.....             | 23 |

|  |           |
|--|-----------|
| 2.9.3. A cooperação da Escola Prática de Infância<br>com o Serviço Municipal de Proteção Civil de Mafra..... | 24        |
| <b>Capítulo 3 - Metodologia e procedimentos.....</b>   | <b>25</b> |
| 3.1. Método de abordagem .....   | 25        |
| 3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados .....  | 26        |
| 3.3. Local e data da pesquisa e recolha de dados .....   | 26        |
| 3.3.1. Entrevistas informais .....   | 27        |
| 3.3.2. Entrevistas estruturadas .....  | 27        |
| 3.4. Descrição dos procedimentos de análise e recolha<br>de dados .....                                      | 29        |
| 3.5. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados .....   | 30        |
| <b>Capítulo 4 - Apresentação, análise e discussão dos resultados.....</b>                                    | <b>31</b> |
| 4.1. Apresentação e análise dos resultados .....   | 31        |
| 4.1.1. Apresentação e análise da questão n.º 1 .....   | 31        |
| 4.1.2. Apresentação e análise da questão n.º 2 .....   | 32        |
| 4.1.3. Apresentação e análise da questão n.º 3 .....   | 33        |
| 4.1.4. Apresentação e análise da questão n.º 4 .....   | 33        |
| 4.1.5. Apresentação e análise da questão n.º 5 .....   | 35        |
| 4.1.6. Apresentação e análise da questão n.º 6 .....   | 35        |
| 4.1.7. Apresentação e análise da questão n.º 7 .....   | 36        |
| 4.1.8. Apresentação e análise da questão n.º 8 .....   | 37        |
| 4.1.9. Apresentação e análise da questão n.º 9 .....   | 37        |
| 4.1.10. Apresentação e análise da questão n.º 10 .....   | 38        |
| 4.1.11. Apresentação e análise da questão n.º 11 .....   | 39        |
| 4.1.12. Apresentação e análise da questão n.º 12 .....   | 40        |
| 4.1.13. Apresentação e análise da questão n.º 13 .....   | 40        |

|   |           |
|---|-----------|
| 4.1.14. Apresentação e análise da questão n.º 14 .....            | 41        |
| 4.2. Discussão dos resultados.....                                | 43        |
| 4.2.1. Discussão da questão n.º 1 .....                           | 43        |
| 4.2.2. Discussão da questão n.º 2.....                            | 44        |
| 4.2.3. Discussão da questão n.º 3.....                            | 44        |
| 4.2.4. Discussão da questão n.º 4.....                            | 44        |
| 4.2.5. Discussão da questão n.º 5.....                            | 45        |
| 4.2.6. Discussão da questão n.º 6.....                            | 45        |
| 4.2.7. Discussão da questão n.º 7.....                            | 46        |
| 4.2.8. Discussão da questão n.º 8.....                            | 46        |
| 4.2.9. Discussão da questão n.º 9.....                            | 46        |
| 4.2.10. Discussão da questão n.º 10.....                          | 47        |
| 4.2.11. Discussão da questão n.º 11 .....                         | 47        |
| 4.2.12. Discussão da questão n.º 12.....                          | 48        |
| 4.2.13. Discussão da questão n.º 13.....                          | 48        |
| 4.2.14. Discussão da questão n.º 14.....                          | 49        |
| <br><b>Capítulo 5 - Conclusões e recomendações .....</b>          | <b>50</b> |
| 5.1. Conclusões .....   | 50        |
| 5.2. Recomendações e propostas .....                              | 52        |
| <br><b>Capítulo 6 - Bibliografia .....</b>                        | <b>54</b> |
| <br>Apêndices .....   | AP A-1    |
| Apêndice A – Material de combate a fogos (fase de rescaldo) ..... | AP A-1    |
| Apêndice B – Guião de entrevista .....                            | AP B-1    |
| Apêndice C – Resumo da entrevista 1 .....                         | AP C-1    |

|   |        |
|---|--------|
| Apêndice D – Resumo da entrevista 2 .....         | AP D-1 |
| Apêndice E – Resumo da entrevista 3 .....         | AP E-1 |
| Apêndice F – Resumo da entrevista 4.....          | AP F-1 |
| Apêndice G – Resumo da entrevista 5 .....         | AP G-1 |
| Apêndice H – Resumo da entrevista 6 .....         | AP H-1 |
| Apêndice I – Resumo da entrevista 7 .....         | AP I-1 |
| Apêndice J – Resumo da entrevista 8 .....         | AP J-1 |
| Apêndice K – Resumo da entrevista 9 .....         | AP K-1 |
| Apêndice L – Resumo da entrevista 10.....         | AP L-1 |
| Anexos.....                                       | A-1    |
| Anexo A – Etapas do procedimento científico ..... | A-1    |

## Índice de figuras

|  |        |
|--|--------|
| Figura n.º 1 – Justificações da concordância da questão n.º 1.....                                       | 32     |
| Figura n.º 2 – Meios possíveis de serem disponibilizados. ....   | 34     |
| Figura n.º 3 – Vantagens da participação da EPI na vigilância<br>da floresta. ....                       | 36     |
| Figura n.º 4 – Utilidade em ter alguém na unidade com formação. ....                                     | 38     |
| Figura n.º 5 – Opinião sobre permuta da formação. ....   | 39     |
| Figura n.º 6 – Melhorias a serem feitas no equipamento. ....   | 41     |
| Figura n.º 7 – Justificações apresentadas para a não<br>compatibilidade dos meios de comunicação. ....   | 42     |
| Figura n.º 8 – Abafador. ....  | AP A-1 |
| Figura n.º 9 – Enxada. ....  | AP A-1 |
| Figura n.º 10 – Pá. ....   | AP A-1 |
| Figura n.º 11 – Picareta. ....   | AP A-2 |
| Figura n.º 12 – Ancinho. ....  | AP A-2 |
| Figura n.º 13 – Catana. ....   | AP A-2 |
| Figura n.º 14 – Machado. ....  | AP A-2 |
| Figura n.º 15 – Motosserra. ....   | AP A-3 |
| Figura n.º 16 – Máscara de pintor, luvas de proteção,<br>óculos de proteção e capacete de proteção. .... | AP A-3 |
| Figura n.º 17 – As etapas do procedimento. ....  | A-1    |

## Índice de tabelas

|  |    |
|--|----|
| Tabela n.º 1 – Níveis de alerta para o Plano Lira. ....              | 21 |
| Tabela n.º 2 – Material de combate a fogos (fase de rescaldo). ....  | 22 |
| Tabela n.º 3 – Estados de alerta do Plano de Operações Aluvião. .... | 23 |
| Tabela n.º 4 – Entrevistas informais. ....                           | 27 |
| Tabela n.º 5 – Entrevistas estruturadas. ....                        | 28 |
| Tabela n.º 6 – Resultados da questão n.º 1. ....                     | 32 |
| Tabela n.º 7 – Resultados da questão n.º 2. ....                     | 33 |
| Tabela n.º 8 – Resultados da questão n.º 3. ....                     | 33 |
| Tabela n.º 9 – Resultados da questão n.º 4. ....                     | 34 |
| Tabela n.º 10 – Resultados da questão n.º 5. ....                    | 35 |
| Tabela n.º 11 – Resultados da questão n.º 6. ....                    | 35 |
| Tabela n.º 12 – Resultados da questão n.º 7. ....                    | 37 |
| Tabela n.º 13 – Resultados da questão n.º 8. ....                    | 37 |
| Tabela n.º 14 – Resultados da questão n.º 9. ....                    | 38 |
| Tabela n.º 15 – Resultados da questão n.º 10. ....                   | 39 |
| Tabela n.º 16 – Resultados da questão n.º 11. ....                   | 39 |
| Tabela n.º 17 – Resultados da questão n.º 12. ....                   | 40 |
| Tabela n.º 18 – Resultados da questão n.º 13. ....                   | 40 |
| Tabela n.º 19 – Resultados da questão n.º 14. ....                   | 42 |

## **Lista de Apêndices e de Anexos**

|            |  |
|------------|--|
| Apêndice A | Material de combate a fogos (fase de rescaldo) |
| Apêndice B | Guião de entrevista                            |
| Apêndice C | Resumo da entrevista 1                         |
| Apêndice D | Resumo da entrevista 2                         |
| Apêndice E | Resumo da entrevista 3                         |
| Apêndice F | Resumo da entrevista 4                         |
| Apêndice G | Resumo da entrevista 5                         |
| Apêndice H | Resumo da entrevista 6                         |
| Apêndice I | Resumo da entrevista 7                         |
| Apêndice J | Resumo da entrevista 8                         |
| Apêndice K | Resumo da entrevista 9                         |
| Apêndice L | Resumo da entrevista 10                        |
| Anexo A    | Etapas do procedimento científico              |

## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

|         |  |
|---------|--|
| ANPC    | Autoridade Nacional de Proteção Civil                    |
| CCO     | Centro de Coordenação Operacional                        |
| CCOD    | Centro de Coordenação Operacional Distrital              |
| CCON    | Centro de Coordenação Operacional Nacional               |
| CDOS    | Comando Distrital de Operações de Socorro                |
| CDPC    | Comissão Distrital de Proteção Civil                     |
| CEM     | Conceito Estratégico Militar                             |
| CEMGFA  | Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas         |
| CFT     | Comando das Forças Terrestres                            |
| CMPC    | Comissão Municipal de Proteção Civil                     |
| CNOS    | Comando Nacional de Operações de Socorro                 |
| CNPC    | Comissão Nacional de Proteção Civil                      |
| COM     | Comandante Operacional Municipal                         |
| CID     | Comando da Instrução e Doutrina                          |
| COC     | Comando Operacional Conjunto                             |
| CSDN    | Conselho Superior de Defesa Nacional                     |
| CSOC    | Centro de Situação e Operações Conjunto                  |
| CSSI    | Conselho Superior de Segurança Interna                   |
| DIOPS   | Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro |
| EPI     | Escola Prática de Infantaria                             |
| FA      | Forças Armadas   |
| GabCEME | Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército            |
| MAI     | Ministro da Administração Interna                        |
| MIFA    | Missões Específicas das Forças Armadas                   |
| OCAD    | Órgãos Centrais de Administração e Direção               |
| OMIP    | Outras Missões de Interesse Público                      |
| SIOPS   | Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro     |
| SMPC    | Serviço Municipal de Proteção Civil                      |



|       |   |
|-------|---|
| SOIS  | Secção de Operações Informações e Segurança |
| TIA   | Trabalho de Investigação Aplicada           |
| U/E/O | Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos        |

# **Capítulo 1**

## **Introdução**

### **1.1. Enquadramento da investigação**

Após a implementação, na Academia Militar, do processo de Bolonha, existiu a necessidade de adaptação dos diversos cursos superiores aqui ministrados ao referido processo. Desta forma, os mestrandos elaboram na fase final do seu mestrado integrado um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) que se apresenta como sendo o culminar do processo de formação dos futuros Oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

O trabalho permite ao aluno aplicar o método científico durante a elaboração do mesmo, de forma a atingir os objetivos a que se propôs no início da sua investigação.

A temática abordada – A Participação da Escola Prática de Infantaria em Missões de Proteção Civil – é bastante abrangente, pelo que os assuntos relacionados com esta temática não se esgotam na presente investigação. Desta forma, pretende-se que este TIA permita ao aluno a aplicação do método científico e o desenvolvimento do conhecimento nesta área mas, também, que se possa constituir como um ponto de partida para futuras investigações no âmbito da cooperação com a Proteção Civil.

### **1.2. Importância da investigação e justificação da escolha**

A existência de sismos, incêndios, tempestades, cheias, secas e acidentes graves, entre outras, são acontecimentos que, pela sua possível dimensão, colocam em risco as populações. A resposta a este tipo de acontecimentos é desencadeada através de uma atividade designada por proteção civil.

A Lei n.º 27/2006<sup>1</sup>, no seu n.º 1 do art.º 1.º, define proteção civil como

A actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais,

---

<sup>1</sup> Lei de Bases da Proteção Civil.

pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

De acordo com a Lei n.º 27/2006 (2006), existem diversas entidades públicas ou privadas definidas como sendo agentes de proteção civil dentro da esfera das suas atribuições próprias. Entre estes agentes encontram-se as Forças Armadas (FA) e, dentro destas, está implícita a participação do Exército enquanto ramo constituinte das FA. No seio da organização do Exército, e em virtude da necessidade de delimitar o estudo, foi escolhida a Escola Prática de Infantaria (EPI) como unidade que serviu de base para esta investigação.

Neste âmbito, o presente trabalho aborda a participação da EPI em missões de proteção civil uma vez que, enquanto unidade constituinte do nosso Exército, tem encargos relacionados com estas missões e diretivas superiores atribuídas às FA e, consequentemente, ao Exército. Esta investigação torna-se importante e atual, uma vez que

Se no passado e em termos históricos, se poderia separar a segurança militar (ameaças externas) da segurança interna e da segurança (protecção) civil, hoje a situação é completamente diferente, as áreas sobrepõem-se e tudo deve ser concebido, estruturado e planeado de modo integrado... (Leandro, 2007, p. 16).

Assim sendo, este trabalho é desenvolvido numa época em que “O Governo acredita que é possível fazer uma utilização mais eficiente dos recursos, pressuposto absolutamente necessário para preservar e viabilizar a maior parte dos serviços públicos e o exercício das legítimas funções do Estado” (Programa do XIX Governo Constitucional, n.d., p. 13).

No documento anteriormente citado, onde o Governo apresenta a sua linha orientadora para a atual legislatura, podemos ler que nas diversas áreas enunciadas nesse programa, em todas elas o Governo apresenta o objetivo de desenvolver políticas que levem à rentabilização de estruturas da sua responsabilidade, bem como atuação em consonância de forma a serem reduzidas despesas e tentando que todos os fundos sejam direcionados e utilizados de forma eficiente. Especificamente, no que respeita ao Ministério da Administração Interna, o Governo refere a importância de “Estabelecer mecanismos permanentes de colaboração e articulação entre os ministérios responsáveis pelas áreas da segurança interna (...) e da defesa que permitam a implementação de soluções para os problemas, ultrapassando as lógicas de compartimentação que hoje se registam” (Programa do XIX Governo Constitucional, n.d., p. 73). Para além disto, e de

uma forma mais direcionada para a área que este trabalho aborda, podemos ler, no referido programa, que o Governo tem por objetivo “Reforçar o sistema de protecção civil intensificando o aproveitamento das sinergias decorrentes de uma actuação conjunta entre a área da segurança interna e a área da defesa nacional e que incorpore e articule as entidades...” (Programa do XIX Governo Constitucional, n.d., p. 73).

Relativamente ao Ministério da Defesa Nacional, o referido programa estabelece que é objetivo do Governo “Reforçar os mecanismos de coordenação com as estruturas dependentes do Ministério da Administração Interna nos domínios em que exista complementaridade e possibilidade de gerar maior eficácia de actuação...” (n.d., p. 111).

Pelo anteriormente mencionado, podemos dizer que o aumento da cooperação entre a estrutura militar e a estrutura de protecção civil tende a aumentar em virtude da atual conjuntura. Assim, entendemos que o presente trabalho toma uma importância ainda maior uma vez que, além da temática ser atual e estar diretamente relacionada com as funções do Estado, é uma verdade que o papel das FA junto da estrutura de protecção civil está descrito na lei, como será apresentado no desenvolvimento do presente trabalho.

Este trabalho constitui-se como uma escolha importante uma vez que é um facto que a população se sente protegida quando, em momentos difíceis, existem instituições disponíveis para auxiliar. Assim, é importante para a nossa instituição conseguir marcar presença e ajudar com os meios disponíveis nessas situações. O recente caso da Madeira ocorrido em 20 de Fevereiro de 2010 demonstrou “...a necessidade de as Forças Armadas colaborarem com as Forças e Serviços de Segurança durante as missões de protecção civil, nomeadamente durante as acções de busca, salvamento e patrulhamento” (Silva, 2012, p. 184) pois, quando existem “...recursos limitados, é desejável e racional que as Forças Armadas cooperem, complementem e reforcem as Forças e os Serviços de Segurança e outros agentes de protecção civil, rentabilizando estruturas e evitando a sobreposição e consequente dispersão de recursos” (Silva, 2012, p. 184).

Para além do episódio da Madeira, existem inúmeras situações em que os militares são chamados a apoiar a estrutura de protecção civil como, por exemplo, o caso dos incêndios florestais por ser aquela que ocorre com maior frequência. Fruto do papel importante que as FA e o Exército desempenharam no primeiro trimestre de 2012,

...o Comandante Operacional Nacional da Autoridade Nacional de Protecção Civil, enviou a Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas um agradecimento aos militares das Forças Armadas reconhecendo o papel determinante que estes tiveram no apoio logístico e operacional às operações de

combate aos incêndios florestais. No que ao Exército diz respeito realçou as missões desempenhadas pelos pelotões empregues nas operações de rescaldo e vigilância (Exército, 2012a).

Este agradecimento é resultado de que, para a estrutura de proteção civil, é importante o papel que os militares desempenham nas operações de socorro, seja apoiando logística ou operacionalmente.

### **1.3. Definição dos objetivos**

A investigação em ciências sociais ajuda-nos

A compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995, p. 19).

Ao estabelecermos uma relação retiramos que um dos objetivos deste trabalho é compreendermos e analisarmos o quadro legislativo que define a participação das FA, do Exército e da EPI em missões de proteção civil, bem como aprendermos a desenvolver um trabalho de investigação com o intuito de respondermos à pergunta de partida, neste caso, aquela que apresentaremos no subcapítulo seguinte.

Através da leitura efetuada a diversa legislação e documentação, referente à temática abordada, pretendemos analisar e apresentar o atual quadro legislativo que prevê o empenhamento das FA neste tipo de missões e, consequentemente, do Exército e da EPI.

Com a realização do trabalho de campo pretendemos recolher informação que seja útil e que possa, além de nos ajudar a responder à pergunta de partida, apresentada no subcapítulo seguinte, proporcionar experiências e opiniões que contribuam para o aumento da eficiência da EPI e, consequentemente, do Exército e das FA nas missões de proteção civil.

O objetivo final da investigação é, portanto, abordar um tema, usualmente não muito discutido, mas que em virtude da atual conjuntura se torna cada vez mais pertinente, como é possível verificar pelos autores referidos anteriormente.

#### 1.4. Delimitação da investigação

No presente trabalho de investigação, e sendo um tema bastante abrangente, existe a necessidade de delimitar a investigação. Desta forma, a nossa investigação é delimitada à participação da EPI em missões de proteção civil no concelho de Mafra.

É certo que, como vamos ter oportunidade de verificar ao longo do trabalho, as missões de proteção civil podem ser várias, pelo que temos de estabelecer aqui quais aquelas em que o trabalho vai incidir. Em virtude da necessidade de delimitar a investigação, o presente trabalho estuda a participação da EPI em missões de proteção civil, de uma forma geral, dando maior importância, como veremos no trabalho, àquela que ocorre com mais frequência, os incêndios florestais. Em termos de área geográfica, vamos estudar a cooperação da EPI com a estrutura de proteção civil implementada no concelho da Mafra, uma vez que é o concelho onde a cooperação municipal já se encontra estabilizada e é a área onde a EPI tem maior empenhamento<sup>2</sup>.

#### 1.5. Metodologia

Na realização deste trabalho de investigação vamos explicar a metodologia seguida na sua elaboração em duas fases. Neste subcapítulo abordamos a metodologia aplicada de uma forma mais abrangente, explicando com detalhe o que realizamos até ao trabalho de campo. Isto pelo facto de existir no Capítulo 3 – Metodologia e procedimentos – uma área destinada a abordagem e descrição metodológica do trabalho de campo.

O procedimento científico<sup>3</sup> é composto por três atos e por sete etapas (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995) que nos levam a conseguir responder à pergunta de partida, apresentada de seguida, de forma sistematizada e organizada.

Cada um dos três atos contempla determinadas etapas na sua constituição as quais iremos explicar de seguida. O primeiro ato, denominado rutura, consiste em romper com as evidências erradas e os preconceitos que nos levam à ideia de compreendermos as coisas (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995). Este ato contempla três etapas, etapa 1 – A pergunta de partida, etapa 2 – A exploração e etapa 3 – A problemática.

---

<sup>2</sup> De acordo com o Anexo A ao Despacho N° 234/CEME/2006 a EPI tem responsabilidade de apoio de área nos Concelhos de Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

<sup>3</sup> Anexo A – Etapas do procedimento.

No caso do nosso trabalho, e de forma a elaborar o Capítulo 1 – Introdução e o Capítulo 2 – Revisão de literatura – Enquadramento legal e conceptual, baseamo-nos na pesquisa bibliográfica que se obtém “...a partir da revisão da literatura, originando a bibliografia geral e específica sobre o tema em estudo” (Sarmiento, 2008, p. 14-15).

Após retirar ensinamentos relativos à metodologia de investigação em ciências sociais, apresentamos a pergunta de partida que “...constitui normalmente um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico...” (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995, p. 34). Assim, definimos como **pergunta de partida** a seguinte:

A preparação da Escola Prática de Infantaria, para participar em missões de proteção civil, é a mais adequada?

Com esta pergunta, temos definida a linha orientadora que permite adequar o método e os procedimentos com vista a obter uma resposta.

A problemática é uma etapa importante situada entre os atos de rutura e construção, na qual se decide a abordagem ou perspetiva a adotar para resolver o problema levantado pela pergunta de partida (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995). Para resolver a nossa problemática, e com vista a responder à nossa pergunta de partida, pretendemos verificar se existe preparação e treino para participar em missões de proteção civil, levando em conta a informação que recolhemos nas entrevistas informais, as quais estão indicadas no Capítulo 3 – Metodologia e procedimentos.

A etapa respeitante à problemática encontra-se também abrangida pelo ato de construção, segundo ato do procedimento científico. Este segundo ato abrange, também, a construção do modelo de análise, ou seja, a etapa 4 do procedimento científico (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995). Continuando o desenvolvimento da problemática, direcionamos a nossa pesquisa para aquilo que queremos realmente saber com a nossa investigação.

A quarta etapa do procedimento científico, a construção do modelo de análise, é definida como sendo “...o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise” (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995, p.150), que é constituído por conceitos e hipóteses interligadas entre si, de forma que conjuntamente constituam um modelo de análise coerente (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995). Desta forma, é nesta etapa que definimos as perguntas derivadas que gostaríamos de ver respondidas no decorrer da nossa investigação, sendo elas:

1. Existe legislação e planos que enquadrem a participação da EPI em missões de proteção civil?
2. Os militares da EPI receberam formação direcionada para este tipo de missões?
3. A implementação de formação para os militares seria benéfica para o desempenho das funções, neste tipo de missões?
4. Seria benéfico existirem treinos com as entidades responsáveis pela proteção civil?
5. O vestuário dos militares confere a proteção necessária para intervir neste tipo de operações?
6. É útil a EPI participar neste tipo de missões?
7. Os meios de comunicação atribuídos às forças intervenientes são compatíveis com os meios da proteção civil?
8. Os meios humanos são suficientes para responder às necessidades?

De forma a vermos respondidas estas questões, o nosso trabalho assenta sobre uma análise do quadro legal e concetual relacionado com esta temática e, também, no trabalho de campo que nos vai permitir obter resultados voltados para a resposta àquilo que nos propomos a responder.

Nesta fase do procedimento científico desenvolvemos hipóteses, as quais são proposições provisórias ou suposições que devem ser verificadas posteriormente com dados de observação (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995) e que procuram manifestar a nossa perceção relativamente à resposta à pergunta de partida.

Apresentamos as seguintes hipóteses de resposta à pergunta de partida:

H1 – A preparação da EPI para participar em missões de proteção civil é suficiente para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas.

H2 – A EPI encontra-se preparada para responder às solicitações da estrutura de proteção civil. No entanto, existem lacunas no que respeita à formação e treino e à falta de equipamento para esta tipologia de missões.

O terceiro, e último ato, do procedimento científico é a verificação e comporta a etapa 5 – A observação, a etapa 6 – A análise das informações e a etapa 7 – As conclusões (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995).

A etapa observação “...compreende o conjunto das operações através das quais o modelo de análise é confrontado com dados observáveis” (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995, p.205). Nesta etapa aplicamos entrevistas a algumas entidades, as quais iremos descrever pormenorizadamente no Capítulo 3 – Metodologia e procedimentos.



A etapa 6 – Análise das informações – resultou na análise dos dados recolhidos através dos instrumentos de recolha de dados, retirando os mais relevantes para respondermos à nossa pergunta de partida e outros dados tidos como pertinentes, de forma a apresentar sugestões para possíveis melhorias a efetuar.

A etapa 7 – Conclusões – é a etapa do procedimento científico onde nós apresentamos a resposta à pergunta de partida e, conseqüentemente, apresentamos a verificação das hipóteses por nós definidas no início da investigação.

## **1.6. Enunciado da estrutura do trabalho**

A estrutura do presente trabalho de investigação obedece à estrutura proposta pelo Anexo F à NEP 520/DE/30JUN11/AM (2011), o qual nos fornece os parâmetros a obedecer na elaboração deste trabalho de investigação. Assim, este trabalho é composto por 6 capítulos na sua parte textual.

O Capítulo 1 – Introdução – proporciona ao leitor a visão geral sobre o trabalho dando a conhecer o tema em estudo e aquilo que é abordado no corpo do trabalho, bem como o método seguido para a elaboração do capítulo 2.

Relativamente ao Capítulo 2 – Revisão de literatura – Enquadramento legal e concetual – este aborda a estrutura legal e concetual em que assenta a participação da EPI em missões de proteção civil, fornecendo informação teórica sobre o tema em estudo.

Passando para o Capítulo 3 – Metodologia e procedimentos – entramos numa parte prática do trabalho, fornecendo este mesmo capítulo a descrição dos métodos e procedimentos seguidos por nós, com vista à obtenção de informações para a resolução da problemática apresentada anteriormente.

Após a apresentação da metodologia seguida temos o Capítulo 4 – Apresentação, análise e discussão dos resultados – que, como indica o nome, é um capítulo dedicado à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos no trabalho de campo descrito no Capítulo 3.

O Capítulo 5 – Conclusões e recomendações – é onde se apresenta a resposta à problemática, sustentada pelos resultados apresentados no Capítulo 4, bem como recomendações e propostas para o futuro.

No Capítulo 6 – Bibliografia são apresentadas as referências bibliográficas consultadas durante a feitura deste trabalho e que estão presentes no mesmo.

## **Capítulo 2**

### **Revisão de literatura – Enquadramento legal e concetual**

#### **2.1. Introdução**

Durante o presente capítulo pretendemos fazer um enquadramento legal sobre a cooperação civil militar na área da proteção civil em Portugal, mais concretamente no Continente. Para tal, analisaremos o quadro legal e normativo nacional que estabelece as responsabilidades e limites de atuação de cada interveniente nas missões de proteção civil. Procuraremos fazer este enquadramento de forma decrescente, no que respeita à legislação, normas e planos, com o objetivo de chegarmos ao nível que se pretende ver estudado neste trabalho, isto é, a participação da EPI em missões de proteção civil.

#### **2.2. Constituição da República Portuguesa**

Segundo a Lei Constitucional n.º 1/2005<sup>4</sup>, “A defesa nacional tem por objectivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005, art.º 273.º n.º 2). Esta Lei refere ainda que as FA “...podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações...” (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005, art.º 275.º n.º6).

O documento legal referido anteriormente remete para a Lei que regula o Regime do Estado de Sítio e Estado de Emergência, as condições de emprego das FA quando se verifiquem essas situações (Lei Constitucional n.º 1/2005, 2005), como abordaremos mais à frente neste trabalho.

---

<sup>4</sup> Sétima revisão constitucional da Constituição da República Portuguesa.

## **2.3. Legislação de âmbito militar**

### **2.3.1. Lei de Defesa Nacional**

A Lei Orgânica n.º 1-B/2009<sup>5</sup>, faz referência à participação das FA em operações no âmbito da proteção civil, nomeadamente quando refere que o objetivo da defesa nacional é “...garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a protecção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas” (Lei Orgânica n.º 1-B/2009, 2009, art.º 1.º n.º1). Estabelece ainda que a política de defesa nacional deve garantir permanentemente “A liberdade e a segurança das populações, bem como os seus bens e a protecção do património nacional” (Lei Orgânica n.º 1-B/2009, 2009, art.º 5.º b)).

Por sua vez, o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) emite parecer acerca da “...organização da protecção civil, da assistência às populações e da salvaguarda dos bens públicos e particulares, em caso de guerra” (Lei Orgânica n.º 1-B/2009, 2009, art.º 17.º n.º1 h)).

Os assuntos relacionados com a proteção civil são, como é anteriormente demonstrado, mencionados na política de defesa nacional, uma vez que estes assuntos concorrem para a segurança, liberdade e bem-estar da população. Assim sendo, a defesa nacional é, também, a proteção da população, bens e território nacional, não apenas em termos de defesa militar, mas também em todas as outras situações que ponham em causa o território, população e os seus bens.

### **2.3.2. Conceito Estratégico de Defesa Nacional**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003<sup>6</sup> (2003) refere que a defesa nacional, no respeitante a outras missões de interesse público (OMIP), deverá prever a necessidade de desenvolver a sua capacidade de resposta com vista a fazer face a atentados crescentes ao ecossistema nacional como é, por exemplo, o caso dos incêndios florestais.

Relativamente às missões das FA e as suas capacidades de atuação, estas devem

---

<sup>5</sup> Lei de Defesa Nacional.

<sup>6</sup> Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

estar preparadas para a “...realização de missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 2003, 8.1), é referido também que as FA têm capacidade para “...apoio à protecção civil e auxílio às populações em situação de catástrofe ou calamidade, e, em colaboração com as autoridades competentes, contribuir para a protecção ambiental (...) e prevenção de incêndios...” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 2003, 8.2).

### **2.3.3. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas**

No que respeita à Lei Orgânica n.º 1-A/2009<sup>7</sup> está definida a colaboração das FA “...em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (Lei Orgânica n.º 1-A/2009, 2009, art.º 4.º n.º 1 f)).

Este documento refere que o Comando Operacional Conjunto (COC) é responsável por assegurar “...a ligação com (...) organismos do Estado relacionados com a (...) Protecção Civil, no âmbito das suas atribuições” (Lei Orgânica n.º 1-A/2009, 2009, art.º 9.º n.º 5).

Podemos ainda ler que é competência do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), após ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, “Definir as condições de emprego de forças e meios afectos à componente operacional do sistema de forças no cumprimento das missões e tarefas...” (Lei Orgânica n.º 1-A/2009, 2009, art.º 11.º n.º 2 j)) relacionadas com a protecção civil.

A Lei anteriormente mencionada, tal como vimos, plasma as competências atribuídas às FA no desempenho de missões de interesse público, bem como as responsabilidade do COC e do CEMGFA.

### **2.3.4. Conceito Estratégico Militar**

O Conceito Estratégico Militar (CEM) possui a classificação de segurança “Confidencial” (Machado, 2009), foi aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional e

---

<sup>7</sup> Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.

confirmado pelo CSDN, tem por objetivo definir a orientação estratégica militar e estabelece princípios orientadores para posterior definição do sistema e dispositivo das forças, planeamento de forças, planos de defesa e missões específicas das FA (Borges, 2008), as quais iremos abordar em seguida.

### **2.3.5. Missões Específicas das Forças Armadas**

As Missões Específicas das Forças Armadas 04 (MIFA 04)<sup>8</sup>, no que concerne ao empenhamento em estados de exceção, referem que as FA intervêm “...em situações de estado de sítio e de estado de emergência nos termos estabelecidos na lei” (MIFA 04, 2004, 2. e. MC16.).

Em relação às missões de interesse público, as FA têm a missão de se articular com a estrutura de proteção civil “...nas tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, bem como exercer as funções que cabem às Forças Armadas em caso de acidente grave, catástrofe e calamidade...” (MIFA 04, 2004, 2. f. MC17.). Esta missão está intimamente ligada com ações de intervenção, prevenção e rescaldo nos incêndios florestais (MIFA 04, 2004).

### **2.3.6. Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas**

O Decreto-Lei n.º 234/2009<sup>9</sup> indica que são missões e atribuições do COC “Assegurar a ligação com (...) organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a protecção civil” (Decreto-Lei n.º 234/2009, 2009, art.º 14.º n.º 2 h)), “Planear e coordenar o emprego das forças (...) em acções de protecção civil” (Decreto-Lei n.º 234/2009, 2009, art.º 14.º n.º 2 i)) bem como assegurar que o CEMGFA possui a capacidade de comando e controlo das forças empenhadas em missões de proteção civil, assegurando a ligação com os organismos responsáveis por estes assuntos (Decreto-Lei n.º 234/2009, 2009).

---

<sup>8</sup> Definidas em Conselho Superior de Defesa Nacional, em 21 de Outubro de 2004, decorrem das orientações explícitas no Conceito Estratégico Militar.

<sup>9</sup> Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Relativamente ao Estado-Maior do COC é sua atribuição emitir as condições do empenhamento das forças “...para o cumprimento (...) de missões de protecção civil, de tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações e de outras missões de interesse público” (Decreto-Lei n.º 234/2009, 2009, art.º 17.º n.º 4 f)).

Na orgânica do COC, com responsabilidades no âmbito da cooperação com a Protecção Civil, existe ainda o Centro de Situação e Operações Conjunto (CSOC) que tem como missão “Garantir o acompanhamento do empenhamento das forças e meios das Forças Armadas no cumprimento (...) de missões de protecção civil...” (Decreto-Lei n.º 234/2009, 2009, art.º 18.º n.º 1 d)) inserindo-se aqui todas as missões que se relacionam com a qualidade de vida das populações e OMIP, assim como “Assegurar a ligação a centros de situação de organismos do Estado relacionados com a segurança e defesa e a protecção civil, nomeadamente o Centro de Situação de Segurança Interna, o Centro de Situação da Autoridade Nacional de Protecção Civil...” (Decreto-Lei n.º 234/2009, 2009, art.º 18.º n.º 1 e)).

Pelo disposto anteriormente verifica-se que, ao nível do CEMGFA e dos órgãos por si chefiados, existem competências e atribuições relativas à execução das missões de protecção civil, à semelhança do que está plasmado na documentação já analisada.

### **2.3.7. Lei Orgânica do Exército**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 231/2009<sup>10</sup>, legislação já específica para este ramo das FA, indica que além da defesa militar da República, ao Exército incumbe também “Colaborar em missões de protecção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (Decreto-Lei n.º 231/2009, 2009, art.º 2.º n.º 2 e)). A este nível continuamos a observar que a legislação estabelece a participação do Exército em missões de protecção civil, enquanto ramo da FA.

---

<sup>10</sup> Lei Orgânica do Exército.

## **2.4. Lei de Segurança Interna**

Torna-se importante fazer uma referência à Lei n.º 53/2008<sup>11</sup> uma vez que, segundo esta Lei, a segurança interna destina-se, entre outras, à proteção da vida e da integridade da população, à prevenção e reação a acidentes graves ou catástrofes e à defesa do meio ambiente (Lei n.º 53/2008, 2008).

O Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), presidido pelo Primeiro-Ministro, contempla na sua composição, entre outras entidades, “O Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas” (Lei n.º 53/2008, 2008, art.º 12.º n.º 2 f)), desta forma, encontra-se previsto que “As Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (...) a articulação operacional” (Lei n.º 53/2008, 2008, art.º 35.º). Assim sendo, e relativamente ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, este é o responsável por “Garantir a articulação entre as forças e os serviços de segurança e o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro” (Lei n.º 53/2008, 2008, art.º 16.º n.º 3 b)), que abordaremos neste capítulo.

## **2.5. Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência**

A Lei n.º 44/86<sup>12</sup> dita a forma de atuação quer das FA, quer da Proteção Civil, nos estados de exceção, como vimos anteriormente no subcapítulo referente à Constituição da República Portuguesa, uma vez que o previsto nesta lei dita os procedimentos quando os estados de exceção forem decretados. Desta forma, o estado de sítio e o estado de emergência são declarados em situações de agressões externas, ameaças da ordem constitucional ou em situações de calamidade pública (Lei n.º 44/86, 1986).

Temos de salientar, portanto, que nestas situações existem mudanças no que respeita à autoridade e poderes. Na situação de estado de sítio, as autoridades civis subordinam-se às autoridades militares ou podem mesmo ser substituídas e as forças de segurança são colocadas, para efeitos operacionais, na dependência do CEMGFA.

---

<sup>11</sup> Lei de Segurança Interna.

<sup>12</sup> Regime do Estado de Sítio e Estado de Emergência.

Relativamente ao estado de emergência, pode ser reforçado o poder das autoridades administrativas civis e o apoio a estas pelas FA (Lei n.º 44/86, 1986).

## **2.6. Legislação do âmbito da Proteção Civil**

### **2.6.1. Lei de Bases da Proteção Civil**

A Lei n.º 27/2006 dispõe de um capítulo que faz referência especificamente às FA. No entanto, importa analisar algumas disposições contantes nesta lei que se tornam importantes para o enquadramento do presente trabalho. Desta forma, segundo a Lei n.º 27/2006, a proteção civil é uma atividade permanente, realizada multidisciplinarmente e com a presença de vários setores e agentes de proteção civil, é uma atividade de interesse público e acontece com vista à melhoria da qualidade de vida das populações e com o objetivo de fazer face a riscos coletivos e situações de acidente grave ou catástrofe (2006).

É importante salientar que na Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) têm assento delegados de alguns Ministros, entre os quais, o da Defesa Nacional, assim como está também prevista a participação do CEMGFA (Lei n.º 27/2006, 2006).

No que respeita às comissões municipais, estas contemplam várias entidades, entre elas “Representantes de outras entidades e serviços, implantados no município, cujas actividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características da região, contribuir para as acções de protecção civil” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 41.º h)).

Encontra-se também prevista nesta lei, em semelhança com a legislação de âmbito militar já analisada, a participação de militares em ações de proteção civil na medida em que, entre os agentes de proteção civil, se encontram, “...de acordo com as suas atribuições próprias: As Forças Armadas” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 46.º n.º 1 c)).

Podemos constatar que “As Forças Armadas colaboram, no âmbito das suas missões específicas, em funções de protecção civil” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 52.º), fazendo a ligação para as MIFA 04 que já abordamos anteriormente neste trabalho.

Relativamente à solicitação da colaboração das FA, “Compete à Autoridade Nacional de Protecção civil, a pedido do comandante operacional nacional, solicitar ao Estado-Maior-General das Forças Armadas a participação das Forças Armadas em funções de protecção civil” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 53.º n.º 1). Da mesma forma, compete



também aos “...presidentes das câmaras municipais a solicitação ao presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil para a participação das Forças Armadas em funções de protecção civil nas respectivas áreas operacionais” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 53.º n.º 2). Nas situações de manifesta urgência, “...os presidentes das câmaras municipais podem solicitar a colaboração das Forças Armadas directamente aos comandantes das unidades implantadas na respectiva área, cabendo aos comandantes operacionais distritais ou municipais informar o comandante operacional nacional” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 53.º n.º 3), sendo que estes casos de manifesta urgência são “...aqueles em que a gravidade e dimensão do acidente grave ou catástrofe e a necessidade de actuação imediata não são compatíveis com o normal encaminhamento do pedido...” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 53.º n.º 4), pedido esse já referido anteriormente neste parágrafo.

As FA colaboram com a Protecção Civil em diversas funções entre as quais destacamos a prevenção e auxílio no combate aos incêndios florestais bem como, ações de rescaldo, a busca e salvamento e a disponibilização de equipamentos e apoio logístico (Lei n.º 27/2006, 2006).

No que concerne à formação e instrução, “As Forças Armadas promovem as acções de formação e instrução necessárias ao desempenho das suas funções no âmbito da protecção civil, com a colaboração da Autoridade Nacional de Protecção Civil ou de outras entidades e serviços funcionalmente relevantes...” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 55.º).

O apoio das FA à Protecção Civil pode ocorrer de duas formas: O apoio programado “...é prestado de acordo com o previsto nos programas e planos de emergência previamente elaborados, após parecer favorável das Forças Armadas...” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 58.º n.º 1); O apoio não programado “...é prestado de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao Estado-Maior-General das Forças Armadas a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das acções...” (Lei n.º 27/2006, 2006, art.º 58.º n.º 2).

## **2.6.2. Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil**

O Decreto-Lei n.º 75/2007<sup>13</sup> define que a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) tem como missão “...planear, coordenar e executar a política de protecção civil,

---

<sup>13</sup> Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

designadamente na prevenção e reacção a acidentes graves ou catástrofes, de protecção e socorro de populações...” (Decreto-Lei n.º 75/2007, 2007, art.º 2.º n.º 1). Assim, uma das atribuições da ANPC é “Assegurar a coordenação horizontal de todos os agentes de protecção civil...” (Decreto-Lei n.º 75/2007, 2007, art.º 2.º n.º 4 d)) nos quais se inserem as FA e que, como tal, estas têm o especial dever de cooperação com a ANPC (Decreto-Lei n.º 75/2007, 2007).

### **2.6.3. Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro**

Segundo o Decreto-Lei n.º 134/2006<sup>14</sup> os intervenientes no Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS) cumprem as suas missões de forma articulada e sob um comando único, sem prejuízo da sua hierarquia (2006).

Em termos de coordenação, esta “...é assegurada, a nível nacional e a nível de cada distrito, pelos centros de coordenação operacional...” (Decreto-Lei n.º 134/2006, 2006, art.º 2.º n.º 1). Como tal, quer ao nível nacional quer ao nível distrital, os centros de coordenação operacional (CCO) dispõem de um elemento das FA desde que existam meios das FA empenhados nas operações e são estes centros os responsáveis pela ligação e articulação entre os diversos agentes de protecção civil a cada um dos níveis, nacional ou distrital (Decreto-Lei n.º 134/2006, 2006).

### **2.6.4. Diretiva Operacional Nacional**

A Diretiva Operacional Nacional n.º 1/2010 (DON n.º 1)<sup>15</sup> é aplicada a todo o território continental, englobando todas as organizações e entidades que concorrem para a prestação de protecção e socorro (DON n.º1, 2010).

A missão do Dispositivo Integrado de Operações de Protecção e Socorro (DIOPS) é “Em permanente articulação com todos os Agentes de Protecção Civil assegurar a mobilização, prontidão, empenhamento e gestão do emprego dos meios de protecção e socorro (...) face à ocorrência ou iminência de ocorrência...” (DON n.º1, 2010, 6. a)).

---

<sup>14</sup> Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

<sup>15</sup> Dispositivo Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

O DIOPS, ao nível de estruturas de direção política, compreende o Ministro da Administração Interna (MAI) ao nível nacional, o Presidente da ANPC ao nível distrital<sup>16</sup> e o Presidente de Câmara ao nível municipal (DON n.º 1, 2010).

Relativamente a estruturas de coordenação política, o DIOPS contempla a CNPC, a Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) e a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) respetivamente para os níveis nacional, distrital e municipal (DON n.º1, 2010).

No que concerne à coordenação institucional, o DIOPS compreende o Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON), o Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD) e a CMPC designadamente para os níveis nacional, distrital e municipal (DON n.º 1, 2010).

Ao nível de comando operacional, o DIOPS dispõe do Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) ao nível nacional, o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) ao nível distrital, o Comandante Operacional Municipal (COM) ao nível municipal e o Comandante das Operações de Socorro ao nível do teatro de operações (DON n.º 1, 2010).

As FA colaboram neste dispositivo de acordo com os planos previamente aprovados ou quando a gravidade da ocorrência assim o exija, enquadradas pelos comandos militares e de acordo com o especificado na legislação anteriormente abordada. Ao nível nacional, esta participação é coordenada através do oficial de ligação das FA colocado em permanência no CNOS. Ao nível distrital, sempre que a situação assim o exija, as FA disponibilizam, a pedido do Presidente da ANPC, um oficial de ligação para integrar cada um dos CCOD (DON n.º 1, 2010).

#### **2.6.5. Proteção Civil ao nível municipal**

A Lei n.º 65/2007<sup>17</sup> define que “O presidente da câmara municipal é a autoridade municipal de protecção civil” (Lei n.º 65/2007, 2007, art.º 6.º n.º 1). Desta forma, é a entidade que preside à CMPC, comissão onde estão integrados representantes de entidades e serviços implementados no município e cujas atividades possam contribuir para as missões de proteção civil (Lei n.º 65/2007, 2007), como é o caso da EPI. A elaboração do

---

<sup>16</sup> Esta função era desempenhada pelo Governador Civil, cargo extinto ao abrigo da Resolução n.º 13/2011 do Conselho de Ministros. A competência foi atribuída à entidade referida no texto ao abrigo da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro.

<sup>17</sup> Enquadra os Serviços Municipais de Proteção Civil.

plano municipal de emergência compete à câmara municipal, através do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), competindo a sua aprovação à CNPC (Lei n.º 65/2007, 2007).

O presidente da câmara municipal é competente para fazer o pedido de apoio das FA em missões de proteção civil, tal como plasmado no item de subcapítulo 2.6.1.

Relativamente ao COM, cada município possui um, sendo da sua competência coordenar as operações de socorro ao nível municipal (Lei n.º 65/2007, 2007).

## **2.7. Participação das Forças Armadas em Missões de Proteção Civil**

A participação das FA em missões de proteção civil encontra-se prevista em diversa legislação, como já vimos anteriormente. Além desses documentos, ao nível das FA são depois plasmados através de diretivas e planos operacionais que regulam a participação das FA, do Exército, dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD), e por último, das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército.

Ao nível das FA, é através da Diretiva Operacional N.º 006/CEMGFA/2010 que é traçada a forma de participação das FA nas missões de proteção civil. Este documento estabelece “...áreas preferenciais de apoio, a articulação com as estruturas do sistema de Proteção Civil e identifica ainda as tarefas e procedimentos a adoptar pela estrutura de comandos a nível de planeamento, coordenação e execução de acções de protecção civil” (Diretiva Operacional N.º 006, 2010, 2.).

## **2.8. Participação do Exército em Missões de Proteção Civil**

O Exército participa neste tipo de missões, uma vez que as FA são agentes de proteção civil, de acordo com a legislação em vigor. Desta forma, o Exército, enquanto ramo das FA, constitui “...uma capacidade articulada para resposta a catástrofes, em apoio da Autoridade Nacional de Protecção Civil...” (Directiva N.º 29/CEME/10, 2010). Estas operações são designadas, de acordo com o PDE 3-00, Operações de Apoio Civil e definem-se como “...todas as tarefas realizadas pelas forças militares em apoio das autoridades civis e FSS, de acordo com a lei, na prevenção e em resposta a emergências internas, na melhoria da qualidade de vida das populações e em outros apoios específicos” (Exército, 2012b, p. 9-3).

Para participar em missões de proteção civil, o Exército possui os Planos Vulcano<sup>18</sup>, Lira<sup>19</sup>, Célula<sup>20</sup> e Aluvião<sup>21</sup>, com o intuito de definir medidas e estabelecer meios e recursos mobilizáveis (Silva, 2012).

O Estado-Maior do Exército envia os planos para os OCAD que, após restabelecerem a missão, os enviam para as unidades, de forma a estas porem em prática os referidos planos ao seu nível. Assim sendo, o Comando da Instrução e Doutrina (CID) restabelece as missões relativas aos planos atribuídos e, após isto, envia para as suas unidades, das quais a EPI é parte integrante e que vamos analisar em seguida.

## **2.9. Participação da Escola Prática de Infantaria em Missões de Proteção Civil**

A EPI participa neste tipo de missões enquanto unidade constituinte do Exército. Na sua missão podemos ler que a EPI “...presta apoio de serviços de área às Unidades de Maфра; participa em missões de interesse público e nas relacionadas com a divulgação pública do Exército...” (EPI, 2012) ao abrigo da legislação em vigor, bem como diretivas e planos superiormente aprovados.

Decorrente do prescrito anteriormente, ao falarmos ao nível da EPI, segundo B. M. C. F. G. Mendes (2012)<sup>22</sup>, esta presta o seu apoio tendo em conta o Plano Lira, Plano Aluvião e ainda a cooperação com o SMPC de Maфра.

### **2.9.1. O Plano Lira na Escola Prática de Infantaria**

No âmbito do Plano Lira, a EPI possui a Diretiva N° 29/2012<sup>23</sup> que define a seguinte missão

À ordem, a EPI em coordenação com as entidades competentes, colabora com a estrutura de Protecção Civil e Bombeiros através de ações tendentes a minimizar os

---

<sup>18</sup> Plano voltado para a prevenção, vigilância, deteção e primeira intervenção nos incêndios florestais.

<sup>19</sup> Plano respeitante à colaboração com a estrutura de proteção civil em ações respeitantes aos incêndios florestais, concretamente em ações de rescaldo e apoio logístico às forças empenhadas nas ações de combate.

<sup>20</sup> Plano que contempla a disponibilização de meios de defesa biológica e química.

<sup>21</sup> Plano enquadrante da atuação do Exército em situações relacionadas com a prevenção ou minimização dos efeitos das cheias.

<sup>22</sup> Informação recolhida na Secção de Operações Informações e Segurança da EPI numa entrevista informal (comunicação pessoal) em 7 de Fevereiro de 2012.

<sup>23</sup> Plano Operações Lira EPI 2012.

efeitos dos incêndios florestais e ainda noutras ações relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, para as quais, tenha capacidade dentro dos parâmetros definidos pela legislação em vigor (Diretiva Nº 29/2012, 2012, 2.).

O empenhamento é efetuado apenas à ordem do Comandante, 2º Comandante ou Oficial Superior de Assistência, e em caso de empenhamento autorizado por estes, tal facto deve ser comunicado da forma mais rápida ao Comando das Forças Terrestres (CFT) , Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército (GabCEME), CSOC e ao CID (Diretiva Nº 29/2012, 2012).

De acordo com a Diretiva Nº 29/2012 (2012), após ser recebido o pedido de apoio por parte das autoridades de proteção civil, ou uma ordem vinda do escalão superior, os meios devem estar prontos de acordo com os níveis de alerta espelhados na Tabela n.º 1.

**Tabela n.º 1 – Níveis de alerta para o Plano Lira.**

| <b>Estado de Alerta</b> | <b>Nível de Alerta</b> | <b>Risco</b> | <b>Prontidão</b> |
|-------------------------|------------------------|--------------|------------------|
| Normal                  | Verde                  | Baixo        | 72 horas         |
|                         | Azul                   | Moderado     | 24 horas         |
| Especial                | Amarelo                | Alto         | 6 horas          |
|                         | Laranja                | Elevado      | 2 horas          |
|                         | Vermelho               | Extremo      | Imediata         |

Fonte: Diretiva Nº 29/2012 (2012).

No que a recursos humanos diz respeito, a EPI possui, no âmbito do Plano Lira, dois responsáveis pelas ações de planeamento (Chefe da Secção de Operações Informações e Segurança (SOIS) e o Chefe da Secção Logística), o Oficial de Ligação, que acumula com o serviço de Oficial Superior de Assistência, e um Pelotão<sup>24</sup>. Os militares em reserva passam a efetivos na semana subsequente e encontram-se preparados para substituir o efetivo principal, de acordo com indicações superiores, quando o empenhamento dos primeiros for superior a 48 horas (Diretiva Nº 29/2012, 2012).

A Companhia de Comando e Serviços apronta e disponibiliza viaturas, material de combate a fogos (rescaldo) e alimentação para os militares empenhados (Diretiva Nº

<sup>24</sup> Constituído por 1 Oficial Subalterno, 3 Sargentos e 18 Praças, com as respetivas reservas.

29/2012, 2012). O material de combate a fogos encontra-se espelhado na Tabela n.º 2 e no Apêndice A.

**Tabela n.º 2 – Material de combate a fogos (fase de rescaldo).**

| <b>Material</b>      | <b>Quantidade</b> | <b>Material</b>      | <b>Quantidade</b> |
|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| Abafadores/batedores | 18                | Machados             | 5                 |
| Enxadas              | 18                | Motosserras          | 2                 |
| Pás                  | 18                | Máscaras de pintor   | 34                |
| Picaretas            | 9                 | Luvas de proteção    | 18                |
| Ancinhos             | 9                 | Óculos de proteção   | 18                |
| Catanas              | 4                 | Capacete de proteção | 18                |

**Fonte: Diretiva N.º 29/2012 (2012).**

As comunicações ou a interligação entre as FA e a Proteção Civil são estabelecidas com recurso a um rádio, fornecido pela estrutura de proteção civil, e dois telemóveis, para o Comandante de Pelotão e Oficial de Ligação (Diretiva N.º 29/2012, 2012) .

A entrada em vigor do plano ou a alteração do estado de alerta, bem como o término do mesmo, é comunicada pelo CID ou CFT por mensagem não classificada (Diretiva N.º 29/2012, 2012).

De acordo com o Plano de Operações Lira CID (2011), os encargos que decorrem do empenhamento de meios militares nestas ações são suportados pela estrutura de proteção civil. Para tal, no caso da EPI, esta envia ao CID, mensalmente, os pedidos de reembolso das despesas efetuadas e este envia para o CFT. O CFT após receber, por parte da estrutura de proteção civil, o reembolso relativo ao apoio prestado, envia para o CID e este, por sua vez, atribui à EPI a parcela relativa ao seu apoio.

### 2.9.2. O Plano de Operações Aluvião na Escola Prática de Infantaria.

Segundo a Comunicação de Serviço nº 10/11<sup>25</sup>, a EPI pode colaborar em “...ações de busca e salvamento, transporte, distribuição de alimentos e ou reabilitação de infra-estruturas danificadas pelas cheias” (Comunicação de Serviço nº 10/11, 2011, 2. a.).

De acordo com a Comunicação de Serviço 10/11 (2011), a EPI prevê implementar o Plano Aluvião em três fases distintas que correspondem a três níveis de alerta (Amarelo, Laranja e Vermelho). No entanto, o Plano de Operações Aluvião 2011/2012 – CID (2011) refere no seu conceito 2 estados de alerta e 5 níveis de alerta apresentados na Tabela n.º 3.

**Tabela n.º 3 – Estados de alerta do Plano de Operações Aluvião.**

| Estado de Alerta | Nível de Alerta | Risco    | Prontidão |
|------------------|-----------------|----------|-----------|
| Normal           | Verde           | Baixo    | 72 horas  |
|                  | Azul            | Moderado | 24 horas  |
| Especial         | Amarelo         | Alto     | 6 horas   |
|                  | Laranja         | Elevado  | 2 horas   |
|                  | Vermelho        | Extremo  | Imediata  |

Fonte: Plano de Operações Aluvião 2011/12 – CID (2011).

De acordo com a Comunicação de Serviço 10/11 (2011), a EPI dispõe, em termos de recursos materiais, de duas viaturas pesadas (com guincho), um barco Zebro, uma motobomba, um gerador de 5 KVA e um telemóvel de serviço, para o Comandante da força (Comunicação de Serviço nº 10/11, 2011).

No caso de existir empenhamento, a coordenação, no âmbito do Plano Aluvião, é efetuada pelo Chefe da SOIS. A força disponível no nível de alerta Amarelo é um Pelotão<sup>26</sup>. Os efetivos apresentados anteriormente são nomeados por escala e o serviço é semanal iniciando e terminando às 11h00 de terça-feira. Quando o nível de alerta é elevado para Laranja, além do efetivo anterior, existe um reforço de 2 Pelotões<sup>27</sup>. O nível de alerta Vermelho determina o aprontamento geral das forças (Comunicação de Serviço nº 10/11, 2011).

<sup>25</sup> Plano de Operações Aluvião.

<sup>26</sup> Constituído por 1 Oficial Subalterno, 3 Sargentos e 18 Praças.

<sup>27</sup> Constituídos a 21 Homens e comando de Companhia.



De acordo com o Plano de Operações Aluvião 2011/2012 – CID (2011), no que diz respeito aos encargos financeiros, estes são da responsabilidade da estrutura de proteção civil. As unidades efetuam relatórios mensais onde discriminam as suas despesas com atividades no âmbito do Plano Aluvião, enviando esses relatórios para o CFT, que envia para o GabCEME e este para a estrutura de proteção civil. As verbas, quando recebidas, são distribuídas pelas unidades que efetuaram os apoios.

### **2.9.3. A cooperação da Escola Prática de Infantaria com o Serviço Municipal de Proteção Civil de Mafra**

No âmbito da Proteção Civil ao nível municipal, a EPI colabora com o SMPC de Mafra em apoios de diversa natureza. De acordo com o Plano de Emergência de Proteção Civil de Mafra (PEPCM) (2010), a EPI pode colaborar em ações de salvamento e socorro, no apoio na evacuação das populações, na instalação e gestão de centros de acolhimento, fornecimento e confeção de alimentação, bem como no alojamento provisório de populações evacuadas, na remoção de destroços, entre outras missões de proteção civil, de acordo com a legislação em vigor.

Na CMPC de Mafra tem assento várias entidades, entre as quais um elemento da EPI, o Chefe da SOIS (PEPCM, 2010).

No âmbito da defesa da floresta contra incêndios, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) (2011) plasma que a EPI colabora com o SMPC de Mafra em ações de vigilância, com um efetivo de três elementos e uma viatura. De acordo com A. J. P. Ferreira (2012)<sup>28</sup>, a EPI tem um papel extremamente dissuasor. Em 2010, a EPI colaborou na vigilância e deteção durante 60 dias, efetuando uma distância total de 1859 km. Relativamente ao ano 2012, a EPI vai participar, no âmbito municipal, com uma patrulha diária composta por dois elementos e uma viatura entre Julho e Outubro, de acordo com A. J. P. Ferreira (2012).

---

<sup>28</sup> Entrevista informal (comunicação pessoal) elaborada junto do Serviço Municipal de Proteção Civil de Mafra em 29 de Junho de 2012.

## **Capítulo 3**

### **Metodologia e procedimentos**

Após concluído o capítulo 2, onde foi dada extrema importância à legislação e documentação sobre a temática deste trabalho, iremos partir para uma componente prática que nos permitirá obter informação relevante com vista a resolver a problemática levantada no início do estudo.

Uma vez que no subcapítulo respeitante à metodologia contemplado na Introdução já foi explicada sucintamente a metodologia seguida para a execução deste trabalho, neste capítulo vamos complementar essa informação e descrever os procedimentos efetuados no nosso trabalho de campo.

#### **3.1. Método de abordagem**

Sendo este um trabalho de investigação aplicada, o fio condutor para a sua construção resulta da metodologia da investigação que permitiu adquirir conhecimentos, não só para iniciar o levantamento da pergunta de partida, mas também a forma a obter resultados e resposta à pergunta de partida da investigação.

Para desenvolver o presente trabalho de investigação aplicamos o método hipotético-dedutivo que “...gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real” (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995, p. 144). Toda a formulação referente a este trabalho foi elaborada recorrendo a leituras exploratórias de legislação, planos operacionais e artigos bem como entrevistas informais, que permitiram ter maior perceção daquilo que queríamos ver estudado. De forma a responder à pergunta de partida e estudar o que na realidade acontece, realizamos o nosso trabalho de campo, o qual explicaremos neste capítulo.

### **3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados**

No decorrer do nosso trabalho de campo recolhemos informação primária por ser “aquela que é pesquisada para um fim específico” (Sarmiento, 2008, p. 15), no nosso caso, voltada para a problemática levantada no início da investigação. Esta informação primária foi recolhida com recurso a entrevistas individuais que, segundo Sarmiento (2008), são um tipo de informação primária qualitativa, em que se recolhe informação inquirindo apenas um indivíduo.

Segundo Gil (1999), a entrevista é a técnica de recolha de informação em ciências sociais que permite maior flexibilidade. No nosso trabalho de campo, utilizamos dois tipos de entrevista: entrevistas informais que são menos estruturadas e apenas se distinguem de uma simples conversa pelo facto de ter como objetivo recolher informação geral sobre o problema, ou seja, recolher informações sobre áreas que o investigador gostaria de conhecer melhor e são recomendadas nos estudos exploratórios (Gil, 1999); entrevistas estruturadas que se desenvolvem de acordo com um conjunto de perguntas cuja ordem e conteúdo são iguais para todos os entrevistados (Gil, 1999).

De forma a poder retirar o máximo de informação, as respostas às perguntas devem ser registadas no momento, com recurso a um gravador ou retirando notas. As notas, quando retiradas após a entrevista, têm inconvenientes, como por exemplo, o limite da capacidade de memorização humana (Gil, 1999). Por tal facto, realizamos todas as entrevistas com recurso a um gravador, à exceção de três, nomeadamente ao Sr. Tenente José Venâncio, Sr. Tenente Leonel Nogueira e ao Sr. Tenente Bruno Santana, as quais foram não presenciais, tendo os entrevistados respondido através de correio eletrónico.

### **3.3. Local e data da pesquisa e recolha de dados**

No subcapítulo anterior indicamos as técnicas, procedimentos e meios utilizados. De seguida, apresentamos os momentos e locais da realização, quer das entrevistas informais, quer das entrevistas estruturadas.

### 3.3.1. Entrevistas informais

As entrevistas informais efetuadas serviram para recolher informação que nos ajudou a estabelecer quais as áreas que seriam mais importantes para abordar no nosso trabalho de campo constituindo, assim, uma base para posterior aplicação das entrevistas estruturadas. Segundo Gil (1999), as entrevistas informais são feitas a especialistas no tema em estudo ou personalidades destacadas. Além do descrito anteriormente, na realização das entrevistas informais recolhemos alguns documentos que utilizamos no Capítulo 2 – Revisão de literatura – Enquadramento legal e concetual.

As entrevistas informais realizadas encontram-se descritas na Tabela n.º 4.

**Tabela n.º 4 – Entrevistas informais.**

| <b>Entrevistado</b> | <b>Local</b>                    | <b>Data</b>    |
|---------------------|---------------------------------|----------------|
| Capitão Mendes      | SOIS / EPI                      | 07 / 02 / 2012 |
| Dr. Ferreira        | SMPC / Mafra                    | 13 / 02 / 2012 |
| Engº Trindade       | SMPC / Mafra                    | 13 / 02 / 2012 |
| Comandante Oliveira | CDOS / Lisboa                   | 05 / 03 / 2012 |
| Tenente Santos      | Av. do Colégio Militar / Lisboa | 09 / 06 / 2012 |
| Dr. Ferreira        | SMPC / Mafra                    | 29 / 06 / 2012 |

### 3.3.2. Entrevistas estruturadas

Segundo Gil (1999), uma das vantagens das entrevistas estruturadas é permitir tratar os dados estatisticamente visto que, como referimos anteriormente, utilizamos um guião para todos os entrevistados. Assim sendo, as respostas têm um determinado padrão que permite serem analisadas posteriormente.

À semelhança daquilo que foi feito anteriormente para as entrevistas informais, vamos de seguida apresentar a Tabela n.º 5 que corresponde, respetivamente, ao entrevistado, local da entrevista e data em que esta foi realizada.

Tabela n.º 5 – Entrevistas estruturadas.

| Entrevistado            | Local                     | Data           |
|-------------------------|---------------------------|----------------|
| Capitão Mendes          | EPI / Mafra               | 02 / 07 / 2012 |
| Tenente-Coronel Campeão | EPI / Mafra               | 02 / 07 / 2012 |
| Tenente Santana         | EPI / Mafra               | 03 / 07 / 2012 |
| Tenente Nogueira        | EPI / Mafra               | 04 / 07 / 2012 |
| Coronel Ribeiro         | EPI / Mafra               | 05 / 07 / 2012 |
| Tenente Santos          | R. Nova de Almada / Mafra | 05 / 07 / 2012 |
| Engº Trindade           | SMPC / Mafra              | 09 / 07 / 2012 |
| Doutor António Ferreira | SMPC / Mafra              | 09 / 07 / 2012 |
| Comandante Oliveira     | CDOS / Lisboa             | 09 / 07 / 2012 |
| Tenente Venâncio        | EPI / Mafra               | 11 / 07 / 2012 |

A seleção dos entrevistados teve, como critério, as funções desempenhadas por cada um dos elementos participantes. Assim sendo, entrevistamos individualidades quer da estrutura da proteção civil e Bombeiros, ou que tenham estado ligados a elas, quer militares, neste caso, militares que, no exercício das suas funções, possam ter de ser empenhados em missões de proteção civil.

Entrevistamos o Exmo. Comandante da EPI, Sr. Coronel João Ribeiro, uma vez que é o Comandante da unidade que estamos a estudar e é o responsável máximo pelo empenhamento dos seus meios em missões de proteção civil.

O Sr. Tenente-Coronel Álvaro Campeão foi entrevistado por já ter desempenhado as funções de Chefe da SOIS mas, também, por ter estado em serviço na estrutura de proteção civil, nomeadamente como Chefe da Divisão de Planeamento de Emergência do ex-Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil<sup>29</sup>.

O atual Chefe da SOIS da EPI, Sr. Capitão Bruno Mendes, foi também entrevistado, fruto do cargo que desempenha, uma vez que é responsável por planear e coordenar, em conjunto com a estrutura de proteção civil, o empenhamento de meios da EPI.

O Sr. Tenente José Venâncio, Sr. Tenente Leonel Nogueira e Sr. Tenente Bruno Santana, por estarem atualmente colocados na EPI e, por serem Oficiais Subalternos da unidade que, em caso de necessidade de intervir, podem assumir as funções de Comandantes da força.

<sup>29</sup> Entidade que deu origem à atual Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Da parte das entidades ligadas à Proteção Civil e Bombeiros, entrevistamos o Exmo. Comandante Operacional Distrital de Lisboa, Sr. Comandante Elísio Oliveira, por ser o responsável operacional pela articulação da Proteção Civil, na área em que a EPI se encontra implementada.

Da estrutura do SMPC de Mafra entrevistamos o Sr. Eng.º Carlos Trindade, Chefe do SMPC de Mafra, e responsável pela área do Gabinete Técnico Florestal, que se liga, de forma a coordenar a participação da EPI, com o Chefe da SOIS. Também no SMPC de Mafra entrevistamos o Sr. Doutor António Ferreira que é técnico superior no SMPC de Mafra e responsável pelo setor de planeamento e sensibilização.

Entrevistamos, também, o Sr. Tenente na situação de reserva, Cristiano Santos, uma vez que também já exerceu as funções de Comandante dos Bombeiros Voluntários da Malveira e esteve colocado na EPI sendo, portanto, uma pessoa que conhece ambas as instituições.

### **3.4. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados**

Segundo Coutinho (2011), e de uma perspetiva quantitativa, a pesquisa é voltada para a análise de factos, fenómenos possíveis de serem observados e medição dos mesmos fenómenos ou factos. Desta forma, e segundo Carmo e Ferreira (1998), na análise quantitativa, o que possui maior importância é aquilo que se verifica com maior frequência, de tal forma que o número de vezes que se repete determinado segmento toma maior importância na investigação.

Para recolhermos os nossos dados, fizemos uso de um guião de entrevista (Apêndice B), que tal como descrito anteriormente, possibilita o tratamento estatístico dos dados obtidos.

De forma a analisar os dados, recorreremos ao método survey que, segundo Coutinho (2011), tem o objetivo de relatar a distribuição, incidência ou mesmo a relação entre as variáveis que se pretendem ver estudadas naturalmente e da forma como existem (2011), ou seja, no nosso estudo vamos analisar as respostas e contabilizar a incidência de determinados segmentos nas respostas obtidas nas entrevistas.

No tratamento dos dados, atribuímos um número a cada entrevista, não correspondendo necessariamente ao entrevistado que aparece em primeiro lugar na justificação da amostra ou na tabela respeitante às entrevistas formais. Por exemplo,

atribuímos a uma entrevista o número 1, Entrevista 1 (E1), que diz respeito a um dos entrevistados, atribuídos aleatoriamente. Após isto, nas tabelas de análise de dados, aparece descrito E1 e a respetiva resposta à questão em causa.

Os procedimentos de análise foram efetuados realizando a transcrição das respostas obtidas nas gravações, realização de quadros resumo das entrevistas (Apêndices C, D, E, F, G, H, I, J, K, L) e, por fim, a realização das tabelas e gráficos que permitem a análise quantitativa de cada uma das respostas, apresentadas no capítulo seguinte.

Os quadros resumos elaborados nos apêndices anteriormente referidos não fornecem a identidade dos entrevistados, a fim de os entrevistados poderem falar mais livremente sobre a temática estudada neste trabalho.

### **3.5. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados**

No trabalho de campo foram utilizados o guião da entrevista, um gravador Sony IC Recorder e o recurso ao correio eletrónico para a obtenção de três das dez entrevistas, como plasmado anteriormente neste capítulo.

Durante a análise dos dados, foram utilizados o Microsoft Office Excel 2007, para o tratamento estatístico das respostas e realização de gráficos e o Microsoft Office Word 2007, na construção de quadros resumo e tabelas.

## **Capítulo 4**

### **Apresentação, análise e discussão dos resultados**

No presente capítulo serão apresentados os resultados obtidos no nosso trabalho de campo através do tratamento dos dados recolhidos na realização das entrevistas às diversas entidades.

Vamos apresentar e analisar os nossos resultados, fazendo uso de tabelas e gráficos, apresentado as ideias mais importantes que foram referidas por cada um dos entrevistados.

Seguidamente, fazemos a discussão dos resultados individualmente para cada uma das questões a que os entrevistados responderam, estabelecendo relações entre as respostas obtidas em determinada questão com as respostas obtidas noutras questões ou com assuntos abordados na parte teórica do nosso trabalho.

#### **4.1. Apresentação e análise dos resultados**

Neste subcapítulo apresentamos os resultados obtidos nas diferentes questões do guião de entrevista recorrendo à contagem da incidência em determinados segmentos das respostas e à utilização de tabelas e gráficos.

##### **4.1.1. Apresentação e análise da questão n.º 1**

A Tabela n.º 6 apresenta os resultados obtidos na questão n.º1. Podemos verificar que a totalidade dos entrevistados concordou que a colaboração entre a EPI e a estrutura de proteção civil é benéfica, não tendo sido obtida qualquer discordância em relação a este assunto.

Das justificações apresentadas, três dos entrevistados afirmaram que este benefício se deve à possibilidade de colaborar com as entidades civis, três disseram que esta colaboração permitia obter visibilidade no exterior da instituição, quatro referiram que a



colaboração era bilateral e útil para ambas as instituições e três dos entrevistados são da opinião que a colaboração é benéfica pois permite à EPI utilizar os seus meios e apoiar em situações de maior gravidade. Por fim, três dos elementos disseram que tal colaboração contribuía para a preservação do património nacional. As justificações da concordância encontram-se na Figura n.º 1.

Tabela n.º 6 – Resultados da questão n.º1.

| Entende que a colaboração entre a EPI e a estrutura de proteção civil é benéfica? Porquê? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |       |
|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-------|
|   | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %     |
| <b>Concorda</b>   | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x   | 100 % |
| <b>Não concorda</b>   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     | 0 %   |

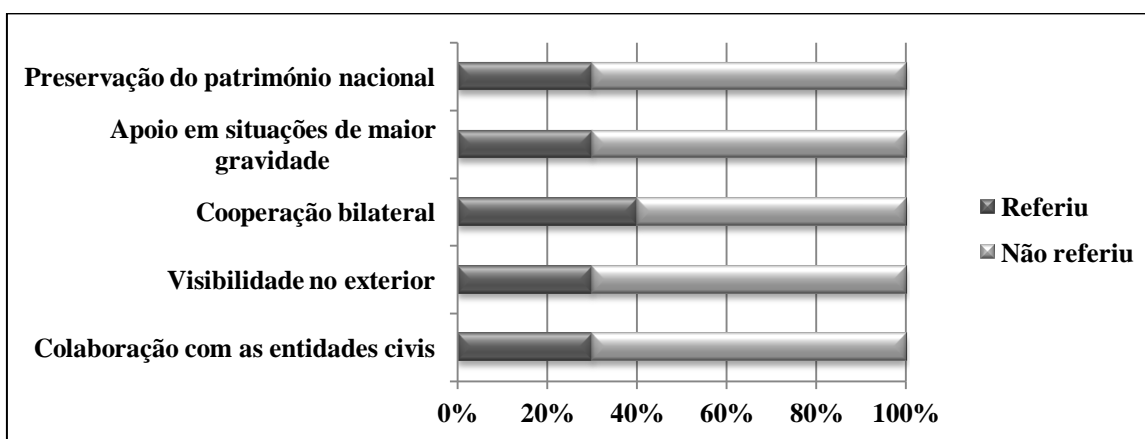


Figura n.º 1 – Justificações da concordância da questão n.º 1.

#### 4.1.2. Apresentação e análise da questão n.º 2

Na questão n.º 2, apresentada na Tabela n.º 7, seis dos entrevistados concordaram que um aumento da participação da EPI em missões de proteção civil seria benéfico, enquanto quatro opinaram não concordar com tal situação. Dos entrevistados que se manifestaram discordantes, todos eles referiram que atualmente existe falta de recursos. Da mesma forma, para a totalidade dos entrevistados que se pronunciou concordante todos eles abordaram o facto de o aumento ser benéfico porque permitia proximidade com a população e melhoria da opinião pública.

**Tabela n.º 7 – Resultados da questão n.º 2.**

| <b>A participação em missões de proteção civil, proporcionam de certa forma contacto com a população nomeadamente quando as suas vidas e bens se encontram em risco, por exemplo, nos incêndios florestais. No seu ponto de vista, o aumento da participação da EPI seria benéfico para a melhoria da opinião pública? Porquê?</b> |           |           |           |           |           |           |           |           |           |            |          |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|----------|
|  | <b>E1</b> | <b>E2</b> | <b>E3</b> | <b>E4</b> | <b>E5</b> | <b>E6</b> | <b>E7</b> | <b>E8</b> | <b>E9</b> | <b>E10</b> | <b>%</b> |
| <b>Concorda</b>  |           |           | x         | x         | x         |           | x         |           | x         | x          | 60 %     |
| <b>Não concorda</b>  | x         | x         |           |           |           | x         |           | x         |           |            | 40 %     |

#### 4.1.3. Apresentação e análise da questão n.º 3

Se observarmos a Tabela n.º 8, respeitante à questão n.º 3, podemos verificar que três dos entrevistados afirmaram que, na atual conjuntura, não é possível efetuar melhorias, três disseram que a relação existente é boa, um relatou existirem problemas de comunicação, dois disseram não ter opinião sobre este assunto e, por fim, um dos entrevistados afirmou que deveria existir maior aposta nestas missões.

**Tabela n.º 8 – Resultados da questão n.º 3.**

| <b>Quais as melhorias que podiam ser efetuadas com vista a uma melhor cooperação e coordenação entre a EPI e as estruturas de proteção civil?</b> |           |           |           |           |           |           |           |           |           |            |          |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|----------|
|   | <b>E1</b> | <b>E2</b> | <b>E3</b> | <b>E4</b> | <b>E5</b> | <b>E6</b> | <b>E7</b> | <b>E8</b> | <b>E9</b> | <b>E10</b> | <b>%</b> |
| <b>A atual conjuntura não permite</b>   |           | x         | x         |           |           |           | x         |           |           |            | 30 %     |
| <b>A relação que existe é boa</b>   | x         |           |           | x         | x         |           |           |           |           |            | 30 %     |
| <b>Melhoria das comunicações</b>  |           |           |           |           |           | x         |           |           |           |            | 10 %     |
| <b>Não tem opinião sobre o assunto</b>  |           |           |           |           |           |           |           | x         |           | x          | 20 %     |
| <b>Maior aposta nestas missões</b>  |           |           |           |           |           |           |           |           | x         |            | 10 %     |

#### 4.1.4. Apresentação e análise da questão n.º 4

Relativamente à questão n.º 4, cujos resultados se apresentam na Tabela n.º 9, três dos entrevistados afirmaram que, neste momento, a EPI não tem capacidade de disponibilizar mais meios para apoiar a estrutura de proteção civil, enquanto sete dos

entrevistados referiram meios, equipamentos e infra estruturas que a EPI poderia disponibilizar.

Tabela n.º 9 – Resultados da questão n.º 4.

| Além do empenhamento que a EPI tem atualmente para este tipo de missões, que outros meios, equipamentos ou infraestruturas a EPI poderia disponibilizar? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|  | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| Não existe mais capacidade   |    | x  |    |    |    | x  |    |    |    | x   | 30 % |
| Fez referência a outro tipo de meios   | x  |    | x  | x  | x  |    | x  | x  | x  |     | 70 % |

Dos entrevistados que fizeram referência a outro tipo de meios verifica-se que cinco referiram o apoio em transportes, um abordou os recursos humanos, três pronunciaram-se sobre o alojamento, um referiu a alimentação, três salientaram as tendas e quatro fizeram referência ao apoio logístico de uma forma geral, tal como é possível observar na Figura n.º 2.

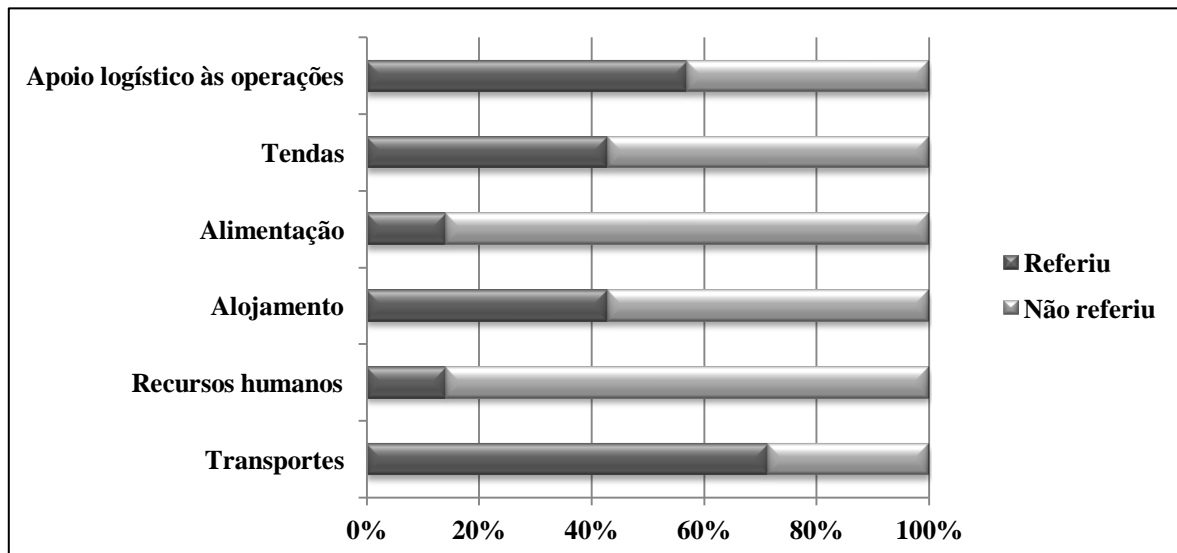


Figura n.º 2 – Meios possíveis de serem disponibilizados.

#### 4.1.5. Apresentação e análise da questão n.º 5

Os entrevistados, quando interrogados sobre a área preferencial de apoio à estrutura de proteção civil, questão n.º 5, responderam que a EPI deve potenciar os seus meios de apoio numa área de prevenção com sete dos dez entrevistados a referirem este segmento, um referiu que tal área dependia da tipologia da operação, enquanto dois afirmaram que a EPI deve potenciar os seus recursos numa área de combate e recuperação, como é visível na Tabela n.º 10.

Tabela n.º 10 – Resultados da questão n.º 5.

| Entende que a EPI deve potenciar os seus recursos de apoio à Proteção Civil mais na área da prevenção ou do combate e recuperação? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|  | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| <b>Prevenção</b>   |    | x  | x  | x  | x  |    |    | x  | x  | x   | 70 % |
| <b>Depende das operações</b>   |    |    |    |    |    |    | x  |    |    |     | 10 % |
| <b>Combate e recuperação</b>   | x  |    |    |    |    | x  |    |    |    |     | 20 % |

#### 4.1.6. Apresentação e análise da questão n.º 6

Na questão n.º 6, nove dos entrevistados referiram que era favorável o facto de a EPI participar nas ações de vigilância da floresta contra incêndios. Por outro lado, um dos entrevistados referiu que tal participação não tinha grande impacto. Os resultados obtidos na questão n.º 6 encontram-se plasmados na Tabela n.º 11.

Tabela n.º 11 – Resultados da questão n.º 6.

| Como vê a participação da EPI nas ações de vigilância da floresta no âmbito da cooperação civil militar? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|  | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| <b>Favorável</b>   | x  | x  | x  | x  | x  |    | x  | x  | x  | x   | 90 % |
| <b>Sem grande impacto</b>  |    |    |    |    |    | x  |    |    |    |     | 10 % |

Nesta questão os entrevistados que entenderam como favorável a participação da EPI referiram alguns motivos. Dos entrevistados que entenderam como favorável o papel da EPI um salientou a aposta na prevenção, dois referiram o contributo na defesa do património, três fizeram referência ao efeito dissuasor, dois disseram que era benéfico para ambas as instituições e cinco afirmaram que a participação da EPI permitia o reconhecimento da população e a melhoria da opinião pública. Estes resultados encontram-se na Figura n.º 3.

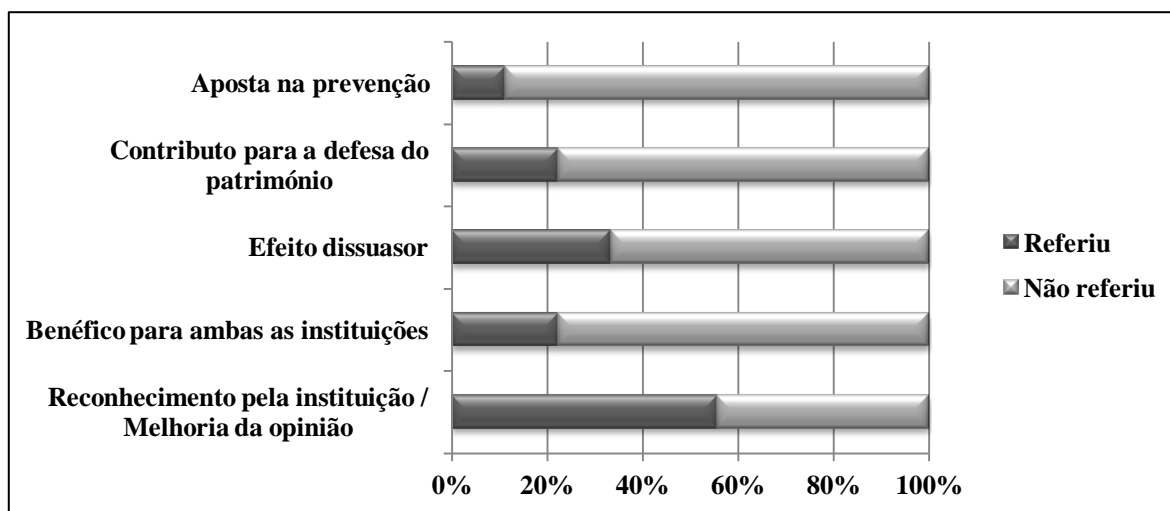


Figura n.º 3 – Vantagens da participação da EPI na vigilância da floresta.

#### 4.1.7. Apresentação e análise da questão n.º 7

No que concerne à questão n.º 7, a qual tem os resultados apresentados na Tabela n.º 12, um dos entrevistados fez referência ao facto de a formação para a participação em missões de proteção civil existir. Por outro lado, oito entrevistados da totalidade da amostra afirmaram não ter conhecimento que a formação voltada para as missões de proteção civil exista na EPI. Nas respostas a esta questão, um dos entrevistados não soube indicar se este tipo de formação é ou não ministrada aos militares da EPI.

Tabela n.º 12 – Resultados da questão n.º 7.

| Existe formação para os militares que participam em missões deste âmbito? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|   | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| Tem conhecimento que existe   | x  |    |    |    |    |    |    |    |    |     | 10 % |
| Não tem conhecimento que exista   |    | x  | x  | x  | x  | x  |    | x  | x  | x   | 80 % |
| Não soube indicar se houve formação na EPI                                |    |    |    |    |    |    | x  |    |    |     | 10 % |

#### 4.1.8. Apresentação e análise da questão n.º 8

Quando interrogados sobre se a formação no âmbito das missões de proteção civil era importante, questão n.º 8, todos os entrevistados referiram ser importante, não obtendo nenhuma resposta negativa nesta questão, como é visível na Tabela n.º 13.

Tabela n.º 13 – Resultados da questão n.º 8.

| Entende que a formação em matérias de proteção civil era importante para os militares? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |       |
|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-------|
|  | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %     |
| Sim é importante   | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x   | 100 % |
| Não é importante   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     | 0 %   |

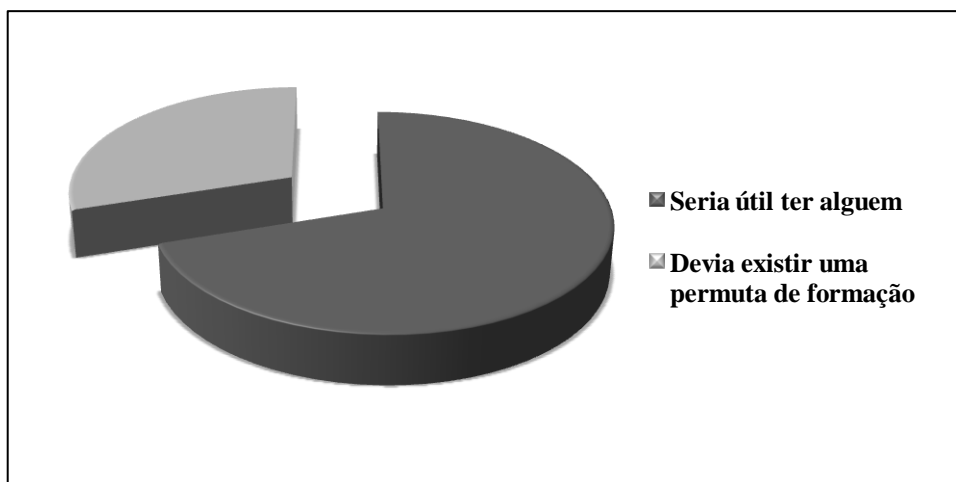
#### 4.1.9. Apresentação e análise da questão n.º 9

Na Tabela n.º 14 apresentam-se os resultados da questão n.º 9, em que quatro dos elementos participantes na amostra referiram que existe alguém com conhecimentos para ministrar formação, um dos entrevistados não se manifestou se existe alguém ou não e cinco referiram que não tem conhecimento que exista alguém para ministrar formação.

**Tabela n.º 14 – Resultados da questão n.º 9.**

| <b>Existe na EPI alguém que possa promover ações de formação no âmbito da proteção civil? Caso não exista, na sua opinião, seria benéfico ter alguém nas unidades, que tivesse formação na área da proteção civil e que pudesse ministrar formação aos militares da unidade para participarem neste tipo de missões?</b> |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|  | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| <b>Existe alguém</b>   | x  |    |    | x  |    |    | x  | x  |    |     | 40 % |
| <b>Não se manifestou se existe alguém</b>  |    |    |    |    |    |    |    |    | x  |     | 10 % |
| <b>Não tem conhecimento que exista alguém</b>  |    | x  | x  |    | x  | x  |    |    |    | x   | 50 % |

Os entrevistados pronunciaram-se ainda sobre a utilidade da existência de alguém na unidade para promover ações de formação, sete dos entrevistados referiram que seria útil ter alguém na unidade, por outro lado, três dos entrevistados afirmaram que devia existir uma permuta de formação, como é visível na Figura n.º 4.



**Figura n.º 4 – Utilidade em ter alguém na unidade com formação.**

#### **4.1.10. Apresentação e análise da questão n.º 10**

Na Tabela n.º 15 encontram-se os resultados da questão n.º 10 em que oito dos entrevistados disseram que seria importante os militares receberem formação por parte de elementos da proteção civil e dois não manifestaram a sua opinião sobre esta matéria.

Tabela n.º 15 – Resultados da questão n.º 10.

| Acha importante as entidades de proteção civil darem formação aos militares sobre esta temática? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|  | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| <b>Sim seria importante</b>  |    | x  | x  | x  | x  | x  |    | x  | x  | x   | 80 % |
| <b>Não manifestou opinião</b>  | x  |    |    |    |    |    | x  |    |    |     | 20 % |

Dois dos entrevistados, que referiram a importância das entidades de proteção civil ministrarem formação aos militares, referiram que uma permuta de formação entre as instituições seria benéfica, tal como é visível na Figura n.º 5.

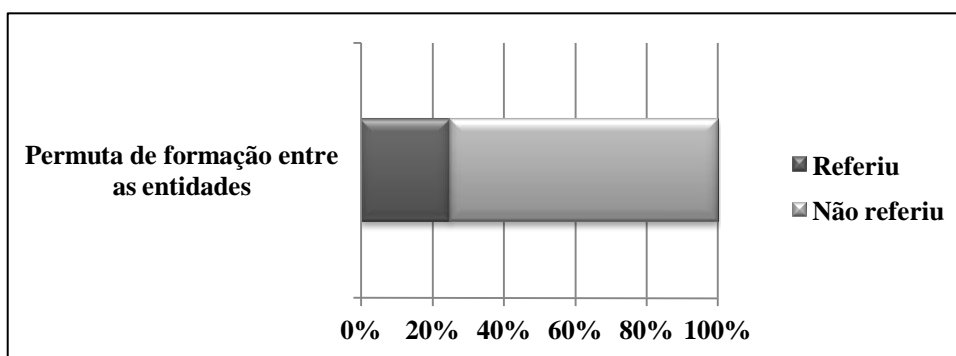


Figura n.º 5 – Opinião sobre permuta da formação.

#### 4.1.11. Apresentação e análise da questão n.º 11

Na questão n.º 11, nove dos entrevistados mostraram-se interessados em que os militares participassem em exercícios de proteção civil. Por outro lado, um deles referiu que tal participação dependeria da tipologia do exercício, como é visível na Tabela n.º 16.

Tabela n.º 16 – Resultados da questão n.º 11.

| No seu ponto de vista, seria útil a participação da EPI em exercícios de proteção civil? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|  | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| <b>Seria útil</b>  | x  |    | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x  | x   | 90 % |
| <b>Depende da tipologia do exercício</b>   |    | x  |    |    |    |    |    |    |    |     | 10 % |



#### 4.1.12. Apresentação e análise da questão n.º 12

No que à questão n.º 12 diz respeito, a amostra respondeu que a EPI dispõe de recursos suficientes com três entrevistados a referirem este segmento, dois disseram que tais recursos não eram os desejáveis mas sim os possíveis, quatro entrevistados afirmaram que os recursos que a EPI dispõe não são os suficientes e um não se pronunciaram sobre o assunto relativo a esta questão, como espelhado na Tabela n.º 17.

Tabela n.º 17 – Resultados da questão n.º 12.

| A EPI dispõe de recursos humanos e materiais suficientes para responder face às possíveis necessidades? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|   | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| A EPI dispõe de recursos suficientes  |    | x  |    | x  |    |    |    | x  |    |     | 30 % |
| São os possíveis não os desejáveis  |    |    | x  |    |    |    |    |    | x  |     | 20 % |
| A EPI não dispõe de recursos suficientes  | x  |    |    |    | x  | x  |    |    |    | x   | 40 % |
| Não se pronunciou sobre o assunto   |    |    |    |    |    |    | x  |    |    |     | 10 % |

#### 4.1.13. Apresentação e análise da questão n.º 13

Relativamente ao equipamento que os militares têm à sua disposição para efetuarem estas missões, abordado na questão n.º 13, um dos entrevistados disse que o equipamento seria adequado enquanto sete afirmaram que o equipamento não era o adequado e dois não mostraram opinião se seria adequado ou não, como é visível na Tabela n.º 18.

Tabela n.º 18 – Resultados da questão n.º 13.

| No que respeita ao equipamento de proteção individual dos militares, acha que é adequado? Quais as melhorias que poderiam ser feitas? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|   | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| O equipamento é adequado  |    |    |    |    |    |    | x  |    |    |     | 10 % |
| Não manifestou se é adequado ou não   |    |    |    |    |    |    |    |    | x  | x   | 20 % |

|                                     |   |   |   |   |   |   |  |   |  |  |      |
|-------------------------------------|---|---|---|---|---|---|--|---|--|--|------|
| <b>O equipamento não é adequado</b> | x | x | x | x | x | x |  | x |  |  | 70 % |
|-------------------------------------|---|---|---|---|---|---|--|---|--|--|------|

Dos entrevistados que referiram o equipamento como não sendo adequado, um deles referiu que neste momento não se constituía como prioridade, cinco fizeram referência ao equipamento de proteção individual, semelhante ao utilizado por outras forças integrantes no SIOPS, dois pronunciaram-se sobre fatos com maior proteção, dois referiram a possibilidade de utilizar cogula, três referenciaram as máscaras como não sendo totalmente apropriadas e três fizeram referência ao capacete, que poderia conferir maior proteção aos militares. Os resultados das melhorias no equipamento, referidas pelos entrevistados que opinaram que o equipamento não era adequado, encontram-se na Figura n.º 6.

Relativamente aos entrevistados que não manifestaram opinião sobre se o equipamento seria adequado ou não, um deles fez referência aos fatos de proteção, não se inserindo esta resposta na esfera das respostas dos entrevistados que se pronunciaram sobre o equipamento não ser adequado.

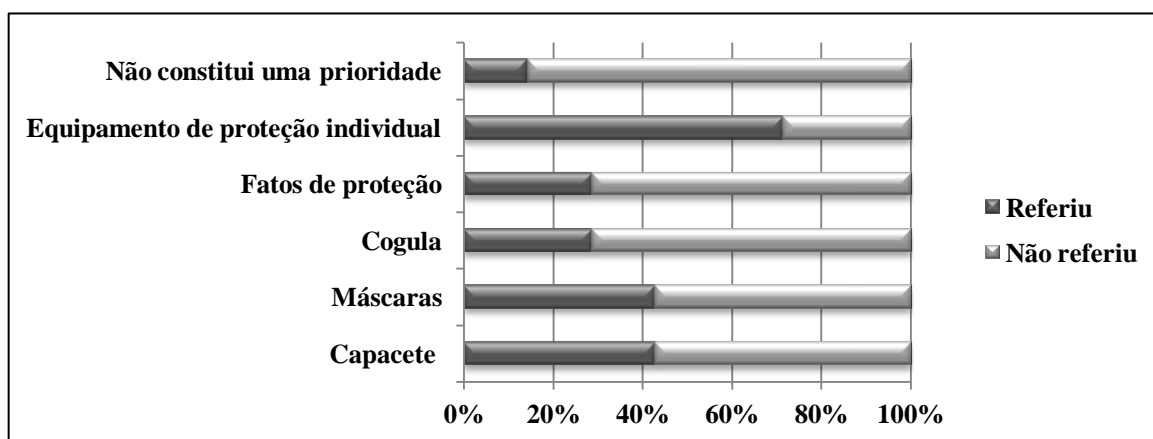


Figura n.º 6 – Melhorias a serem feitas no equipamento.

#### 4.1.14. Apresentação e análise da questão n.º 14

Relativamente à compatibilidade dos meios de comunicação, questão n.º 14, um dos entrevistados afirmou que os meios eram compatíveis, dois não afirmaram se eram ou não

compatíveis e sete disseram que os meios não eram compatíveis entre as entidades. Os resultados obtidos, na questão n.º 14, encontram-se espelhados na Tabela n.º 19.

Tabela n.º 19 – Resultados da questão n.º 14.

| Os meios de comunicação atribuídos aos militares para o desempenho destas missões são compatíveis com os meios da proteção civil? |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |      |
|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|------|
|   | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | %    |
| São compatíveis   | x  |    |    |    |    |    |    |    |    |     | 10 % |
| Não afirmou se eram compatíveis ou não  |    |    |    |    |    |    | x  |    | x  |     | 20 % |
| Não são compatíveis entre entidades   |    | x  | x  | x  | x  | x  |    | x  |    | x   | 70 % |

Dos entrevistados que disseram que os meios não eram compatíveis, um deles referiu que existia um telemóvel para o comandante da força e quatro afirmaram que existia uma cedência de um rádio da Proteção Civil para existir compatibilidade, tal como é demonstrado na Figura n.º 7. Os restantes entrevistados pertencentes aos que afirmaram que os meios não eram compatíveis não se pronunciaram.

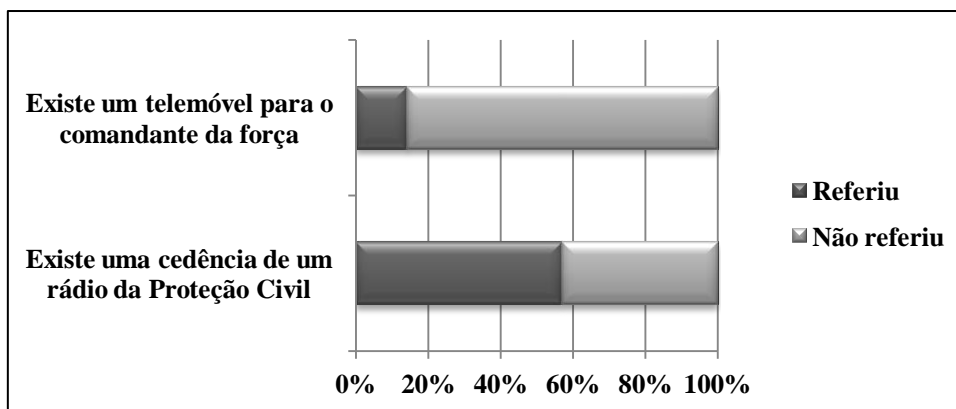


Figura n.º 7 – Justificações apresentadas para a não compatibilidade dos meios de comunicação.

No que diz respeito ao entrevistado que referiu que os meios eram compatíveis, fez também referência ao facto de a compatibilidade ser conseguida com a cedência de meios de comunicação da Proteção Civil.

Os entrevistados que não referiram se os meios eram ou não compatíveis, todos eles disseram que existia uma cedência de meios da Proteção Civil.

## **4.2. Discussão dos resultados**

Os resultados apresentados no subcapítulo anterior são aqueles que irão contribuir para a resposta à pergunta de partida lançada no início da investigação. No entanto, é necessário, antes de partirmos para essa fase, discutir neste subcapítulo tais resultados obtidos, estabelecendo relações com aquilo que foi abordado na parte teórica do trabalho ou mesmo entre respostas às diversas questões da entrevista. Desta forma, iremos discutir cada uma das questões, cujos resultados foram apresentados e analisados anteriormente e estabelecer relações com assuntos abordados antes do início do trabalho de campo.

### **4.2.1. Discussão da questão n.º 1**

Relativamente ao benefício da colaboração da EPI com estrutura de proteção civil, existe uma unanimidade quanto à opinião de ser benéfica. As razões apresentadas para tal benefício possuem, tal como vimos na apresentação e análise desta questão, proporções idênticas entre elas. A única razão que se destacou foi o benefício de ser uma cooperação bilateral e útil para ambas as instituições, em que quatro entrevistados referiram este segmento. As restantes razões foram referenciadas por três entrevistados, cada uma, e são elas: a colaboração com as entidades civis; a visibilidade no exterior; o apoio em situações de maior gravidade; o contributo para a preservação do património nacional.

Como apresentado anteriormente, no início do estudo, o próprio Programa do XIX Governo Constitucional (n.d.) refere o objetivo de aproveitar as sinergias e reforçar o sistema de proteção civil com uma atuação conjunta e articulada entre as áreas da defesa e da segurança interna, sinergias essas que podem ser aquelas que os entrevistados referiram nesta resposta, permitindo retirar essas vantagens de uma atuação conjunta das forças.

#### **4.2.2. Discussão da questão n.º 2**

Nesta questão, seis dos entrevistados concordaram que o aumento da participação melhorava a opinião pública sobre a instituição, enquanto quatro referiram que não concordavam. Dos entrevistados não concordantes, podemos verificar que todos eles referem que, não concordam devido à falta de recursos. No entanto, se existissem recursos é possível que o número de elementos concordantes aumentasse. Isto porque todos os entrevistados que concordaram, referem que esse aumento de participação melhorava a opinião pública. É de salientar que um dos entrevistados não concordantes, devido à falta de recursos, afirmou que se houvesse tais recursos seria verdade que melhorava essa mesma opinião.

A amostra permite, realmente, estabelecer uma ligação com o agradecimento tecido pelo Comandante Operacional Nacional da ANPC (Exército, 2012a) o qual já referimos no início deste trabalho. Desta forma, é visível que é reconhecido o esforço dos militares quando estes participam neste tipo de missões, melhorando em parte a opinião pública sobre a instituição militar.

#### **4.2.3. Discussão da questão n.º 3**

Nesta questão não se verifica grande destaque de nenhum dos segmentos analisados, no entanto, os entrevistados referiram que a atual conjuntura não permite efetuar melhorias e que a relação existente entre as entidades é boa, com três entrevistados a referirem cada um dos segmentos anteriormente referidos. Se estabelecermos uma relação com a pergunta anterior, talvez fosse possível que, numa conjuntura diferente relativa a recursos para este tipo de colaboração, os entrevistados referissem possíveis melhorias.

#### **4.2.4. Discussão da questão n.º 4**

Na questão n.º 4 a maioria dos entrevistados pronunciou-se sobre meios equipamentos ou infraestruturas que poderiam ser disponibilizados pela EPI. Da esfera dos entrevistados que se pronunciaram sobre isto, verificamos que se destaca o apoio com

meios de transporte e o apoio logístico às operações. Assim sendo, podemos estabelecer aqui uma relação com o descrito no subcapítulo 2.8. em que se faz referência à Diretiva 29/CEME/10 (2010) que indica que, o Exército se constitui como uma capacidade articulada para responder às solicitações em apoio à ANPC. Falando em apoio, os entrevistados pronunciaram-se nesta questão sobre possíveis meios de apoio que a EPI poderá disponibilizar, tal como descrito anteriormente. Podemos ainda verificar que, tendo a EPI capacidade nas áreas que os entrevistados referiram, é desejável que a EPI coopere e colabore com a estrutura de proteção civil de forma a rentabilizar recursos, tal como Silva (2012) refere.

#### **4.2.5. Discussão da questão n.º 5**

Relativamente à área onde a EPI deverá potenciar os seus recursos de apoio a resposta foi bastante significativa no que toca à prevenção<sup>30</sup>, com sete entrevistados a referirem esta área de apoio. Nesta questão, é possível verificar que os entrevistados defendem realmente uma maior aposta na prevenção, uma das possíveis razões poderá estar relacionada com a própria formação, não descorando o facto de a área do combate e recuperação exigir maior preparação e treino para quem a executa, como foi possível verificar em algumas das respostas a esta questão.

#### **4.2.6. Discussão da questão n.º 6**

A participação da EPI na vigilância da floresta é vista com agrado pela maioria dos entrevistados (nove). Esta ação insere-se na prevenção, área que, de acordo com a resposta à questão anterior, é a preferencial de empenhamento da EPI no apoio à Proteção Civil. Das justificações apresentadas pela amostra, a mais referenciada foi o reconhecimento da população / melhoria da opinião pública, referida por cinco entrevistados. Podemos estabelecer uma relação entre esta justificação e o agradecimento que abordamos na discussão da questão nº 2, não pondo de parte que se trata de uma atividade que tem utilidade direta para os cidadãos e ambiente, indo de encontro àquilo que abordamos no

---

<sup>30</sup> Neste caso específico, numa área relacionada com os incêndios florestais.

subcapítulo 2.3.2. relativo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 (2003), que faz referência ao contributo para a proteção ambiental e prevenção de incêndios.

#### **4.2.7. Discussão da questão n.º 7**

Abordada a questão da formação aos militares as respostas foram esclarecedoras, pelo que oito dos entrevistados referiram que não tem conhecimento que exista formação voltada para estas missões, ou seja, eventualmente esta formação carece de programas específicos ou de divulgação entre os militares. De acordo com a Lei n.º 27/2006 (2006) referida no item de subcapítulo 2.6.1., as FA devem promover ações de formação e treino com vista ao desempenho das suas funções no âmbito da proteção civil, em virtude do seu empenhamento causar determinados riscos nos militares que intervêm nestas situações.

#### **4.2.8. Discussão da questão n.º 8**

Dentro da temática da formação a questão n.º 8 permitiu-nos ter a perceção, de acordo com os entrevistados, da importância da formação em matérias de proteção civil. Assim sendo, nesta questão, a totalidade dos entrevistados afirmaram que a formação para esta tipologia de missões era importante. Com base nos resultados obtidos verificamos que tais sessões de formação são úteis e necessárias, visto que não obtivemos nenhuma resposta negativa quanto ao assunto, e que estas temáticas exigem maior atenção ao nível dos diversos escalões.

#### **4.2.9. Discussão da questão n.º 9**

Sobre a possibilidade da realização de formação na área da proteção civil na unidade, os entrevistados dividiram as suas opiniões, uma vez que, quatro referiram que existia alguém com conhecimentos para promover ações de formação e cinco afirmaram não ter conhecimento que exista alguém.

De qualquer forma, os resultados, que importa serem discutidos, são o facto de sete entrevistados afirmarem que seria útil ter alguém na unidade para promover ações de formação. Por outro lado, três referiram que deveria existir uma permuta de formação. Assim sendo, podemos verificar que toda a amostra está sensibilizada quanto à importância da formação tendo apenas variado o fator de quem a poderia ministrar. Relativamente ao fator de quem poderia ministrar a formação, a maioria referiu que seria melhor ter alguém na unidade e o restante referiu a permuta de formação entre entidades.

Da discussão realizada na questão anterior, podemos fazer uma ligação ao descrito na Lei 27/2006 (2006) que aborda a questão da formação ser ministrada em colaboração com as entidades pertencentes à ANPC, ou outras entidades e serviços relevantes. Não esquecendo o que está descrito na lei anteriormente referida, dada a utilidade da participação da EPI neste tipo de missões, como verificamos pelos resultados anteriores, a possibilidade da existência de uma formação especializada a um elemento de cada unidade, para posteriormente promover ações de formação aos militares da própria unidade, surge como uma área a desenvolver.

#### **4.2.10. Discussão da questão n.º 10**

Nesta questão, podemos verificar que os entrevistados se mostraram recetivos ao facto de as entidades de proteção civil promoverem ações de formação, uma vez que oito dos entrevistados referiram ser importante. Da esfera dos entrevistados que afirmaram ser importante, dois disseram que era útil existir uma permuta de formação entre as estruturas. Como é possível verificar, nesta questão obtivemos resultados semelhantes aos das questões anteriores sobre a formação, portanto, tal resposta dada pelos entrevistados encontra-se enquadrada pela legislação em vigor.

#### **4.2.11. Discussão da questão n.º 11**

Inserida ainda no seio da formação, interrogamos os participantes na amostra sobre a possibilidade de exercícios conjuntos entre as entidades, pelo que semelhante às questões anteriores os entrevistados se mostraram, na grande maioria, concordantes com tal matéria com nove entrevistados a concordarem que seria útil. Podemos, igualmente, relacionar esta



resposta, à semelhança da anterior, com a legislação que vigora atualmente, ou seja, existe enquadramento legal para a realização deste tipo de exercícios entre as entidades que estamos a estudar no nosso trabalho, sendo uma área para a qual os escalões superiores deverão ter maior atenção.

#### **4.2.12. Discussão da questão n.º 12**

No que diz respeito aos recursos humanos e materiais, as opiniões dividiram-se como pudemos constatar na apresentação e análise da questão n.º 12. Estabelecendo uma relação com a discussão da questão n.º 2 e n.º 3, é possível verificar que os entrevistados se pronunciaram sobre as restrições derivadas da atual conjuntura, logo, nesta questão os resultados podem ter sido influenciados por tal opinião. A resposta mais cotada, a EPI não dispõe de recursos suficientes, não obteve valores significativos em relação às outras respostas a esta questão.

Por outro lado, apenas três entrevistados referiram que os recursos humanos e materiais eram suficientes, tendo dois referido que eram os possíveis, não os desejáveis e quatro, tal como vimos anteriormente, afirmado que tais recursos não eram suficientes. Analisando a questão desta forma, é possível ter uma ilação de que, realmente, existem dificuldades e que os recursos na realidade não são escassos.

À semelhança da discussão da questão n.º 4, é desejável que no nosso país, em que os recursos são limitados, exista uma rentabilização de meios, tal como refere Silva (2012), podendo esta área das missões de proteção civil ser uma forma de criar sinergias e rentabilizar ao máximo os meios que o país dispõe.

#### **4.2.13. Discussão da questão n.º 13**

Abordada a questão do equipamento de proteção dos militares, sete entrevistados referiram que tal equipamento não era adequado. Desta forma, importa também realçar que cinco dos entrevistados que disseram que o equipamento não era adequado, abordaram a importância do equipamento de proteção individual, semelhante ao utilizado por outras forças com este tipo de missões. É importante realçar que no âmbito do Plano Lira, abordado no item de subcapítulo 2.9.1, a EPI colabora em ações relacionadas com os

incêndios florestais, ações essas que, colocam os intervenientes sob alguns riscos provenientes dos próprios incêndios florestais. Tendo por base esta premissa é compreensível o facto de a amostra ter referido que o equipamento não é o mais adequado, com elevado valor de incidência neste segmento.

Os entrevistados referiram que a questão do uniforme militar não tem também a proteção necessária para desenvolver estas ações, tendo existido uma grande incidência sobre a importância do equipamento de proteção individual.

Analisado no item de subcapítulo 2.9.1., o equipamento disponível em relação ao equipamento utilizado por outras forças, como referido por vários entrevistados, contém algumas lacunas que são visíveis.

#### **4.2.14. Discussão da questão n.º 14**

Os meios de comunicação atribuídos aos militares para o desempenho destas missões não são, segundo sete dos entrevistados, compatíveis. A amostra referiu, também, que tal lacuna era colmatada com uma cedência de rádios por parte da Proteção Civil, segmento que foi referido por sete dos entrevistados. Apenas um elemento da amostra referiu o facto de existir um telemóvel para o comandante da força. Estes dados estão de acordo com o descrito no item de subcapítulo 2.9.1. em que abordamos a questão das comunicações.

É visível que, para existirem comunicações compatíveis, no desempenho destas missões, há necessidade de a estrutura de proteção civil fornecer meios de comunicação mais adequados ao cumprimento das missões de proteção civil.

Relativamente à comunicação dentro do pelotão, de acordo com o disposto no item de subcapítulo 2.9.1. não é possível averiguar como se processam essas comunicações visto que nada é referido quanto à comunicação entre o Comandante da força e os Comandantes das secções.

## **Capítulo 5**

### **Conclusões e recomendações**

#### **5.1. Conclusões**

Como primeira conclusão do trabalho de investigação desenvolvido podemos dizer que a pergunta de partida (A preparação da Escola Prática de Infantaria, para participar em missões de proteção civil, é a mais adequada?) pode ser respondida afirmativamente, na medida em que, a revisão de literatura e os resultados obtidos permitem retirar tal conclusão.

A realização do presente TIA permitiu o contacto e a utilização de uma metodologia de investigação, possibilitando pôr em prática o procedimento científico que foi uma ferramenta extremamente importante na organização das ideias e no estabelecimento de formas de responder corretamente à pergunta de partida que, de acordo com a legislação em vigor, analisada na revisão de literatura, se encontra bem formulada uma vez que existe suporte legal e normativo para a participação da EPI em missões de proteção civil.

Como referido anteriormente nesta fase do trabalho de investigação vamos, com base nos resultados obtidos e na revisão da literatura, analisar as hipóteses que foram lançadas no início da investigação. Tendo em conta tudo aquilo que foi descrito e analisado no presente trabalho, podemos nesta fase infirmar a hipótese 1 – A preparação da EPI para participar em missões de proteção civil é suficiente para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas. Por outro lado, podemos confirmar a hipótese 2 – A EPI encontra-se preparada para responder às solicitações da estrutura de proteção civil. No entanto, existem lacunas no que respeita à formação e treino e à falta de equipamento para esta tipologia de missões, tendo por base os resultados obtidos no nosso trabalho de campo. É de salientar que as hipóteses anteriormente analisadas tiveram por base, para a sua confirmação ou infirmação as respostas às perguntas derivadas, que apresentamos de seguida.

Com o desenvolvimento do Capítulo 2 podemos concluir que existe legislação e planos que enquadrem a participação da EPI em missões de proteção civil. Assim sendo,

encontra-se respondida a pergunta derivada n.º 1 (existe legislação e planos que enquadrem a participação da EPI em missões de proteção civil?).

Tendo em conta os resultados obtidos, relativamente à formação dos militares, encontramos aqui um aspeto a ser melhorado. Pois, como tivemos possibilidade de observar no Capítulo 4, os militares não receberam formação encontrando-se, desta forma, resposta para a pergunta derivada n.º 2 (os militares da EPI receberam formação direcionada para este tipo de missões?) da nossa investigação.

Ainda relativamente à questão da formação, os resultados obtidos permitem-nos responder à pergunta derivada n.º 3 (a implementação de formação para os militares seria benéfica para o desempenho das funções, neste tipo de missões?), confirmando, através dos resultados que obtivemos, que a implementação de formação para os militares seria benéfica para o desempenho das suas funções. Além deste benefício, as respostas relativas à formação permitem, também, dizer que essa formação seria vista com agrado, uma vez que os resultados foram, como vimos no capítulo anterior, esclarecedores.

No que concerne a treinos conjuntos entre as entidades estudadas no presente trabalho, é possível constatar que, realmente, tais treinos seriam benéficos. Novamente nesta área com resultados bastante expressivos, que nos permitem responder à pergunta derivada n.º 4 (seria benéfico existirem treinos com as entidades responsáveis pela proteção civil?). Concluímos que existe benefício na realização de exercícios conjuntos, entre estas estruturas.

A realização do nosso trabalho de campo permitiu, igualmente, obter resultados esclarecedores quanto ao equipamento de proteção atualmente usado na EPI, pelo que, de acordo com os resultados que obtivemos, podemos responder à pergunta derivada n.º 5 (o vestuário dos militares confere a proteção necessária para intervir neste tipo de operações?) dizendo que, o equipamento não é o mais adequado não conferindo, por isso, a proteção necessária aos intervenientes neste tipo de operações abordadas neste trabalho.

A utilidade da participação em missões de proteção civil, pergunta derivada n.º 6 (é útil a EPI participar neste tipo de missões?), foi também alvo de estudo no nosso trabalho de campo. Tendo em conta os resultados obtidos e as vantagens referidas pelos entrevistados, podemos concluir que, é útil a EPI participar neste tipo de operações, respondendo assim à pergunta referida anteriormente.

Quando abordamos a questão das comunicações, atribuídas às forças intervenientes neste tipo de missões, os dados obtidos permitem-nos dizer que não existe compatibilidade entre os meios da EPI e os meios da estrutura de proteção civil, podendo também dizer que

tal falha é colmatada com uma cedência de meios da estrutura de proteção civil à EPI, obtendo assim, compatibilidade comunicativa entre as forças intervenientes. Pelo descrito anteriormente, podemos responder à pergunta derivada n.º 7 (os meios de comunicação atribuídos às forças intervenientes são compatíveis com os meios da proteção civil?), dizendo que os meios de comunicação militares não são compatíveis.

Relativamente aos meios humanos serem ou não suficientes, pergunta derivada n.º 8 (os meios humanos são suficientes para responder às necessidades?), os resultados não são tão esclarecedores como em outras questões levantadas. No entanto, é possível verificar, nos resultados apresentados no capítulo anterior, que existem dificuldades em recursos humanos e materiais e que os meios humanos não são os suficientes tendo, desta forma, respondida a pergunta derivada referida anteriormente.

A resposta à pergunta de partida foi portanto encontrada com a confirmação da hipótese 2, apresentada anteriormente e justificada pelas respostas às diversas perguntas derivadas como é possível constatar, ou seja, podemos inferir que a EPI se encontra preparada para responder às solicitações da estrutura de proteção civil, no entanto, existem lacunas no que respeita à formação e treino e à falta de equipamento para esta tipologia de missões.

## **5.2. Recomendações e propostas**

Concluído que está o nosso estudo, gostaríamos de tecer aqui algumas recomendações e propostas para o futuro.

Tal como o Sr. General Espírito Santo referiu, como programas para a modernização da FA, “...pensa-se ser possível melhorar as capacidades das Forças Armadas em termos de condições de planeamento e coordenação com a protecção civil e de equipamento adequado...” (Santo, 2000, p. 90). Assim sendo, e baseados nos resultados obtidos propomos que a formação seja, no futuro, uma área a ser desenvolvida e trabalhada, uma vez que, certamente irá contribuir para uma maior eficiência da EPI quando empenhada em missões de proteção civil.

O equipamento que os militares possuem não é o mais adequado, de acordo com os resultados obtidos neste trabalho. Assim, propomos que tal equipamento deverá sofrer melhorias, contribuindo dessa forma, para uma maior segurança e proteção dos militares empenhados na tipologia de missões abordada nesta investigação. Isto vai ao encontro do

que diz o Sr. General Garcia Leandro ao afirmar que “... o Exército está cada vez mais vocacionado para actividades operacionais e para a projecção de Forças para conflitos no estrangeiro, mas devendo ser utilizado também face às grandes catástrofes...” (Leandro, 2007, p. 17). Para tal, a EPI, deve dispor de equipamento adequado ao desempenho das missões que concorrem para as atividades inseridas nesta esfera das catástrofes, por exemplo, o caso dos incêndios florestais.

De encontro com o apresentado anteriormente, entendemos que a realização de mais estudos e investigações nesta área permitirá, com certeza, chegar a conclusões benéficas para os “stakeholders” envolvidos nesta área. Portanto, esta temática das missões de proteção civil deverá merecer toda a atenção dos diversos escalões, contribuindo assim para uma melhoria da atuação da EPI, do Exército e consequentemente das FA.

## Capítulo 6

### Bibliografia

#### Livros:

Borges, J. J. B. V., TCOR. (2008). *Cadeira M322 Teoria Geral da Estratégia* (Cap. III, p. 79 – 93). Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar.

Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina, S. A.

Exército. (2012b). *PDE 3-00 Operações* (Cap. 9, p. 9-3). Lisboa: Exército Português.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (5ªEd.). São Paulo: Editora Atlas S.A.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed., J. M. Marques, M. A. Mendes & M. Carvalho, trad.). Lisboa: Gradiva. (Obra original publicada em 1995)

Santo, G. A. E., Gen. (2000). *Um Testemunho do Presente para o Futuro*. J. M. G. – Jorge Martinho.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2ª Ed.). Lisboa: Universidade Lusófona Editora.

**Revistas:**

Leandro, J. E. G., TGen. (2007). O Estado, o Cidadão e a Segurança. Novas soluções para um novo paradigma. *Segurança e Defesa*. N.º 2, 12 – 19.

Silva, C. M. A. B., COR. (2012). A Acção do Exército no apoio à Protecção Civil: Madeira, Fevereiro 2012. *Proelium*, Série VII N.º2, 159 – 187.

**Legislação:**

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. (2005). **Constituição da República Portuguesa** – Sétima revisão constitucional. Diário da República – I Série-A N.º 155, 4642 – 4686.

Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de Julho. (2009). **Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas**. Diário da República – 1.ª Série N.º 129, 4344-(2) – 4344-(9).

Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de Julho. (2009). **Lei de Defesa Nacional**. Diário da República – 1.ª Série N.º 138, 4541 – 4550.

Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de Novembro. (2011). **Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa de Assembleia da República**. Diário da República – 1.ª Série N.º 230, 5117 – 5128.

Lei n.º 44/86 de 30 de Setembro. (1986) **Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência**. Diário da República – I Série N.º 225, 2779 – 2783.

Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho. (2006). **Lei de Bases da Protecção Civil**. Diário da República – 1.ª Série N.º 126, 4696 – 4706.

Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro. (2007). **Define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos**



**serviços municipais de protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.** Diário da República – 1.<sup>a</sup> Série N.º 217, 8353 – 8356.

Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto. (2008) **Lei de Segurança Interna.** Diário da República – 1.<sup>a</sup> Série N.º 167, 6135 – 6141.

Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de Julho. (2006). **Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.** Diário da República – 1.<sup>a</sup> Série N.º 142, 5231 – 5237.

Decreto-Lei n.º 75/2007 de 29 de Março. (2007). **Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil.** Diário da República – 1.<sup>a</sup> Série N.º 63, 1834 – 1839.

Decreto- Lei n.º 231/2009 de 15 de Setembro. (2009). **Lei Orgânica do Exército.** Diário da República – 1.<sup>a</sup> Série N.º 179, 6422 – 6428.

Decreto-Lei n.º 234/2009 de 15 de Setembro. (2009) **Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas.** Diário da República – 1.<sup>a</sup> Série N.º 179, 6444 – 6455.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. (2003). **Conceito Estratégico de Defesa Nacional.** Diário da República – I Série-B N.º 16, 279 – 287.

Resolução n.º 13/2011. (2011). Diário da República – 2.<sup>a</sup> Série N.º 124, Parte C, 27429.

**Missões Específicas das Forças Armadas 04** de 21 de Outubro. (2004).

#### **Planos e Diretivas:**

Comunicação de Serviço n.º 10/11. (2011). **Plano de Operações Aluvião.** EPI.

Despacho N.º 234/CEME/06. (2006). **Responsabilidades de Apoio de Área.**

Directiva Operacional Nacional n.º 1. (2010). **Dispositivo Integrado de Operações de Protecção e Socorro.** Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Directiva Operacional n.º 006/CEMGFA/2010. (2010). **Participação das Forças Armadas em Acções de Protecção Civil**. EMGFA.

Directiva nº 29/CEME/10. (2010). **Directiva para o Exército – Biénio 2010/2011**.

Directiva n.º 29/2012. (2012). **Plano Operações Lira EPI 2012**. EPI.

**Plano de Emergência de Protecção Civil de Mafra**. (2010). Câmara Municipal de Mafra.

Plano de Operações Aluvião 2011/12 – CID. (2011). **Apoio do Exército em Situações de Cheias**. CID.

Plano de Operações Lira CID 2011. (2011). **Apoio do Exército no Combate aos Incêndios Florestais**. CID.

**Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**. (2011). Concelho de Mafra.

Programa do XIX Governo Constitucional. (n.d.). Presidência do Conselho de Ministros.

#### **Sítios na Internet:**

EPI. (n.d.). *Escola Prática de Infantaria*. Retirado: Julho, 4, 2012, de [http://www.exercito.pt/sites/EPI/Paginas/Visao\\_e\\_Missao.aspx](http://www.exercito.pt/sites/EPI/Paginas/Visao_e_Missao.aspx).

Exército. (2012a). *Operações de Combate a Incêndios Florestais*. Retirado: Junho, 28, 2012, de <http://www.exercito.pt/Noticias/Paginas/OPERA%C3%87%C3%95ESDECOMBATEAINC%C3%84NDIOSFLORESTAIS.aspx>.

Machado, M. S., TCOR. (2009). *II – Crónicas Militares Nacionais*. Retirado: Junho, 27, 2012, de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=390>.

**Outros:**

Anexo F à NEP 520/DE/30JUN11 / AM. (2011). *Trabalho de Investigação Aplicada – Norma para a Redacção do Relatório Científico Final*. Lisboa: Academia Militar.

## **Apêndices**

### **Apêndice A – Material de combate a fogos (fase de rescaldo)**



**Figura n.º 8 – Abafador.**



**Figura n.º 9 – Enxada.**



**Figura n.º 10 – Pá.**



**Figura n.º 11 – Picareta.**



**Figura n.º 12 – Ancinho.**



**Figura n.º 13 – Catana.**



**Figura n.º 14 – Machado.**





**Figura n.º 15 – Motosserra.**



**Figura n.º 16 – Máscara de pintor, luvas de proteção, óculos de proteção e capacete de proteção.**

## Apêndice B – Guião de entrevista

**Tema:** “*A participação da Escola Prática de Infantaria em missões de proteção civil*”.

**Entrevistador:** Aspirante – Oficial de Infantaria Nuno Filipe Gonçalves Carvalho

**Entrevistados:**

### **Objetivos Gerais:**

- Verificar a utilidade das missões de proteção civil para a Escola Prática de Infantaria;
- Verificar se existe formação e treino para os militares participarem neste tipo de missões;
- Verificar se os recursos humanos e materiais são adequados e suficientes.

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Género: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Posto: \_\_\_\_\_

Arma/Serviço: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Unidade/Local: \_\_\_\_\_

### **Blocos temáticos:**

**Bloco A:** Apresentação

**Bloco B:** Dados sobre as missões de proteção civil

**Bloco C:** A formação e treino para missões de proteção civil

**Bloco D:** Recursos materiais e humanos disponíveis para missões de proteção civil

| Blocos  | Objetivos   | Formulário de Perguntas  | Notas   |
|---|---|--|---|
| <b>Bloco A:</b><br>Apresentação                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação do entrevistador e explicação da entrevista;</li> <li>• Recolher dados do entrevistado;</li> </ul>  | <p>Qual o seu nome?</p> <p>Qual o seu posto?</p> <p>Qual a sua arma ou serviço?</p> <p>Qual a sua função?</p> <p>Quais as suas habilitações literárias?</p>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação;</li> <li>• Questionar a possibilidade de gravar a entrevista;</li> <li>• Referir o objetivo geral do trabalho;</li> </ul>  |
| <b>Bloco B:</b><br>Dados sobre as missões de proteção civil           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolher dados sobre a colaboração entre a EPI e a Proteção Civil;</li> <li>• Entender a importância deste tipo de missões para a EPI/Proteção Civil;</li> <li>• Perceber a utilidade da participação da EPI neste tipo de operações;</li> </ul> | <p>1- Entende que a colaboração entre a EPI e a estrutura de proteção civil é benéfica? Porquê?</p> <p>2- A participação em missões de proteção civil, proporcionam de certa forma contacto com a população nomeadamente quando as suas vidas e bens se encontram em risco, por exemplo, nos incêndios florestais. No seu ponto de vista, o aumento da participação da EPI seria benéfico para a melhoria da opinião pública? Porquê?</p> <p>3- Quais as melhorias que podiam ser efetuadas com vista a uma melhor cooperação e coordenação entre a EPI e as estruturas de proteção civil?</p> <p>4- Além do empenhamento que a EPI tem atualmente para este tipo de missões, que outros meios, equipamentos ou infraestruturas a EPI poderiam disponibilizar?</p> <p>5- Entende que a EPI deve potenciar os seus recursos de apoio à Proteção Civil mais na área da prevenção ou do combate e recuperação?</p> <p>6- Como vê a participação da EPI nas ações de vigilância da floresta no âmbito da cooperação civil militar?</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O que esta bem e que possibilidades existem de a EPI potenciar a sua formação e treino para esta área;</li> <li>• Quais as principais utilidades que a EPI retira destas missões;</li> </ul> |
| <b>Bloco C:</b><br>A formação e treino para missões de proteção civil | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolher dados sobre a formação que existe para a participação em missões de proteção civil;</li> <li>• Recolher informações sobre a</li> </ul>  | <p>7- Existe formação para os militares que participam em missões deste âmbito?</p> <p>8- Entende que a formação em matérias de proteção civil era importante para os militares?</p> <p>9- Existe na EPI alguém que possa</p>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Referir que a legislação indica que deve existir planeamento para formação com vista à intervenção dos militares em ações desta tipologia;</li> </ul>  |



|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
|  | participação ou utilidade de exercícios em conjunto;  | <p>promover ações de formação no âmbito da proteção civil? Caso não exista, na sua opinião, seria benéfico ter alguém nas unidades, que tivesse formação na área da proteção civil e que pudesse ministrar formação aos militares da unidade para participarem neste tipo de missões?</p> <p>10- Acha importante as entidades de proteção civil darem formação aos militares sobre esta temática?</p> <p>11- No seu ponto de vista, seria útil a participação da EPI em exercícios de proteção civil?</p> |  |
| <b>Bloco D:</b><br>Recursos materiais e humanos disponíveis para missões de proteção civil | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recolher informações sobre o material disponível para as missões de proteção civil;</li> <li>• Identificar melhorias que podem ser feitas no equipamento individual dos militares;</li> <li>• Identificar os meios de comunicação utilizados e sua compatibilidade com os meios da estrutura de proteção civil.</li> </ul> | <p>12- A EPI dispõe de recursos humanos e materiais suficientes para responder face às possíveis necessidades?</p> <p>13- No que respeita ao equipamento de proteção individual dos militares, acha que é adequado? Quais as melhorias que poderiam ser feitas?</p> <p>14- Os meios de comunicação atribuídos aos militares para o desempenho destas missões são compatíveis com os meios da proteção civil?</p>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar se o material utilizado é apropriado;</li> <li>• Obter informações sobre possíveis melhorias a serem feitas.</li> </ul> |

## Apêndice C – Resumo da entrevista 1

| Questão | Resposta  |
|---------|---|
| 1       | “A colaboração é seguramente benéfica (...) no âmbito da preservação do Património Nacional, no âmbito de combate a incêndios, no âmbito da intervenção em catástrofes (...) existe naturalmente um interesse mútuo (...) possamos evitar um desastre ou uma diminuição daquilo que é património nacional (...) tem a vantagem de partilharmos o esforço da comunidade local no âmbito da vigilância e do ataque a qualquer eventualidade que possa surgir nesse âmbito”. |
| 2       | “A EPI tem uma capacidade limitada de emprego dos seus recursos (...) não são muito significativas por que os efetivos da EPI não são tão amplos quanto seria desejável (...) se seria desejável que a EPI tivesse mais gente com capacidade de intervir, com certeza que sim...”.  |
| 3       | “Nós temos uma colaboração muito próxima...”.   |
| 4       | “... caso haja necessidade de uma maior intervenção, são utilizados mais recursos humanos, mais meios de transporte e naturalmente que todos os meios que a EPI tenha à sua disposição...”.   |
| 5       | “... na área da intervenção, do patrulhamento (...) os militares intervêm normalmente no rescaldo (...) neste caso seria mais na área de combate e recuperação. O combate sempre numa situação de emergência...”.   |
| 6       | “... as forças militares (...) tem de transmitir uma perceção mais visível da utilidade dos recursos que dispõe (...) pessoalmente sou muito favorável à aplicação dos recursos militares em intervenções no âmbito da proteção civil...”.  |
| 7       | “Existe formação para todos os militares no âmbito de prevenção e combate contra incêndios, todos os militares tem essa formação na formação inicial base”.   |
| 8       | “Com certeza que é. Pode ser aprofundado”.  |
| 9       | “... temos um elemento que já fez parte da Proteção Civil (...) o que seria preferível era que houvesse uma permuta de formação...”.  |
| 10      | “... muitas delas são guarnecidas por autoridades militares (...) tem de intervir em situações de grande intensidade e de grande stress físico e psicológico (...) que é justamente aquilo que é a génese da formação militar...”   |
| 11      | “É muito útil por variadíssimas razões (...) treino do perigo dos rescaldos (...) o que fazer nos casos em que (...) possam ter alguma infelicidade...”   |
| 12      | “Não (...) são recursos muito basilares (...) julgo que seria necessário ter mais material e recursos humanos com essas capacidades”  |
| 13      | “Não é o adequado porque seriam necessárias melhorias fatos com proteção térmica (...) máscaras (...) seriam necessários capacetes adequados...”  |
| 14      | “São do ponto de vista em que existe uma cedência de meios de comunicação da Proteção Civil, logo a interoperabilidade existe...”   |

## Apêndice D – Resumo da entrevista 2

| Questão | Resposta   |
|---------|--|
| 1       | “É benéfica (...) sermos reconhecidos como um elemento válido dentro da sociedade (...) dando-nos visibilidade, não nos fechamos dentro da nossa principal função e dando credibilidade que nós, instituição, precisamos...” |
| 2       | “Eu neste momento, não vejo capacidade da EPI aumentar a sua participação (...) todas as unidades tem dificuldades financeiras, tem dificuldades em efetivos e é o que esta a acontecer na EPI...”                           |
| 3       | “Neste momento acredito que não seja possível uma melhor cooperação (...) o quadro é muito difícil (...) não conseguimos de certeza aumentar essa mesma cooperação”.   |
| 4       | “Todos os meios que a unidade tem ao dispor, deu informação da tipologia e da forma como podem ser utilizados (...) a EPI não possui mais meios para colocar ao dispor das estruturas”.                                      |
| 5       | “...na parte da prevenção (...) acho que terá toda a lógica nós conseguirmos manter a parte da prevenção”.   |
| 6       | “Vejo com muito agrado (...) quando saímos e fazemos as nossas patrulhas no concelho de Mafra as pessoas reconhecem”.  |
| 7       | “Que eu tenha conhecimento, os nossos militares não tem formação (...) nenhum militar têm formação específica”.  |
| 8       | “Sim seria benéfico. Há unidades que têm militares destacados com formação específica...”.   |
| 9       | “Eu não tenho conhecimento (...) deveríamos ter alguém nas unidades com formação (...) alguém que saiba obviamente é benéfico”.  |
| 10      | “Sim (...) e é importante que houvesse essa formação, era importante ter conhecimento...”  |
| 11      | “Teria de se ver qual a tipologia do exercício...”   |
| 12      | “Neste momento sim (...) temos tudo o que é necessário para responder prontamente e eficazmente às solicitações”.  |
| 13      | “Por exemplo a máscara de pintor, seria melhor uma cogula de proteção. Mesmo na situação de rescaldo o equipamento dos bombeiros seria de certeza melhor, os capacetes, o tipo de farda...”                                  |
| 14      | “Não são. (...) nós recebemos os rádios da Proteção Civil de Mafra (...) para operar diretamente com eles...”  |

## Apêndice E – Resumo da entrevista 3

| Questão | Resposta  |
|---------|---|
| 1       | “Sim é totalmente benéfica (...) faz todo o sentido que a instituição militar colabore com a sociedade civil...”.   |
| 2       | “Claramente (...) participando em missões de interligação com essa sociedade civil, naturalmente que será um ponto positivo para a própria opinião pública ter uma visão mais favorável sobre a instituição militar...”.      |
| 3       | “As melhorias que pudessem ser feitas estão sempre condicionadas à disponibilidade de recursos (...) que hoje em dia não abundam...”.   |
| 4       | “...disponibilização das instalações, nomeadamente para alojamento e disponibilização de refeições (...) meios de transporte (...) tendas ...”.   |
| 5       | “Garantidamente numa área de prevenção...”.   |
| 6       | “Vejo isso como uma oportunidade de poder, não só melhorar a visão que a opinião pública tem da instituição militar, neste caso da EPI (...) em operações de vigilância e prevenção, é benéfico para toda a gente envolvida”. |
| 7       | “Se neste momento existe, eu não tenho presente (...) já existiu, foi sempre uma formação ministrada a pedido (...) foi uma formação que não estava oficialmente instituída a nível militar...”.                              |
| 8       | “ Sim, seria muito importante para fazer cumprir os objetivos da colaboração (...) os riscos tem de ser devidamente acautelados e uma das formas de o fazer é através da formação”.   |
| 9       | “Neste momento, que eu tenha conhecimento não existe (...) é benéfico ter nas unidades militares elementos com essa formação...”.   |
| 10      | “É importante, não só para garantir um cumprimento eficaz das missões de proteção civil por parte dos militares, mas também para aumentar o relacionamento entre as duas instituições...”.                                    |
| 11      | “Seria de toda a utilidade uma vez que (...) permite à EPI e aos seus militares não só um maior conhecimento da organização das forças de proteção civil do concelho como um maior relacionamento com os elementos...”.       |
| 12      | “... os possíveis não os desejáveis...”   |
| 13      | “Não. Para operações de intervenção em incêndios florestais (...) o equipamento de proteção individual, nessas situações seria de extrema importância”.   |
| 14      | “No que a mim respeitou nunca foram, e pelo que sei também ainda não são a nível da EPI...”.  |

## Apêndice F – Resumo da entrevista 4

| Questão | Resposta  |
|---------|---|
| 1       | “Eu acho que sim (...) seria benéfico para nós e para eles (...) e é bom porque há vigilância numa área que é florestal e é de grande importância...”.  |
| 2       | “Eu penso que sim (...) acho que seria de todo benéfico e a opinião pública ficaria com outra ideia (...) se os militares poderem dar um apoio acho que era benéfico para a melhoria da opinião pública”.   |
| 3       | “No que toca ao serviço de proteção civil e à EPI, a relação que nós temos é muito fácil...”.   |
| 4       | “Primeiro não nos podemos esquecer da própria estrutura da EPI (...) em termos de meios equipamentos ou infraestruturas (...) viaturas para transporte (...) tudo que tenha a ver com logística...”.  |
| 5       | “Eu diria sempre de prevenção (...) pode ser muito importante e pode potenciar mais os seus recursos na questão da prevenção (...) eu deixava o combate para quem tem habilitações mais próprias neste tipo de áreas...”.   |
| 6       | “Eu acho que é benéfica (...) é bom fazerem vigilância dentro de um território que é de jurisdição da própria EPI e que tem muita importância para a Escola e para todo o município de Mafra porque é um território que tem uma riqueza florestal, cultural e histórica (...) e depois pelo efeito dissuasor...”:   |
| 7       | “Sinceramente, não tenho conhecimento que tenham formação...”.  |
| 8       | “Eu penso que sim (...) faria todo o sentido os militares terem uma formação, o mais reduzida possível, mas ter uma formação voltada para este tipo de missões...”.   |
| 9       | “... não tenho a menor dúvida que o Tenente-Coronel Campeão, se estiver na EPI ele tem mais capacidade para dar formação nesta área (...) secalhar o que faria mais sentido era dar formação de proteção civil a uma dúzia ou duas dúzias de pessoas ligadas à parte da formação militar e essas sim, depois terem habilitação para poder dar formação dentro da unidade...”. |
| 10      | “acho que poderá ser importante (...) sim poder-se-ia pensar nisso”.  |
| 11      | “...eu acho que seria útil...”  |
| 12      | “... Eu suponho que a EPI tenha recursos humanos e materiais em bom número, ou em número suficiente para suprimir as necessidades que possam vir de um pedido...”   |
| 13      | “Eu penso que não (...) acho que faria todo o sentido, nesse âmbito, mais a nível nacional, as equipas estarem munidas de equipamentos de proteção individual decentes...”.   |
| 14      | “Eu acho que não (...) nós a nível municipal tentámos suprimir esta falta (...) distribuámos um rádio com um código por equipa em que os militares também recebem um rádio...”  |

## Apêndice G – Resumo da entrevista 5

| Questão | Resposta   |
|---------|--|
| 1       | “Sim é benéfica (...) existe um princípio básico que é apoiar, colaborar e complementarmos-nos uns aos outros (...) a estrutura de proteção civil se podem complementar para ajudar a população em situações de proteção civil”.   |
| 2       | “... quando saem da unidade mostram-se e mostram à sociedade que estão a ajudá-los e que não estão dentro dos seus muros a trabalhar (...) a própria unidade fica mais integrada dentro da sociedade (...) sim seria benéfico para melhorar a opinião pública”.  |
| 3       | “ A cooperação e coordenação entre a Escola e a estrutura de proteção civil é fácil (...) sempre foi fácil falar com a unidade, cooperar com a unidade e chegarmos a plataformas de entendimento (...) a ligação está forte...”.   |
| 4       | “ A grande mais-valia das unidades militares é o seu material de apoio logístico, logística alimentar, como logística de tendas, dormitórios...”.  |
| 5       | “Mais na área da prevenção (...) vigilância e prevenção de incêndios...”.  |
| 6       | “É benéfica (...) e têm um aspeto muito positivo que é as pessoas que nós queremos atingir revêem-se nas fardas e no pessoal militar e na mensagem que eles passam e estão dessa forma a melhorar a sociedade, estão a contribuir para a sociedade que também faz parte da sua missão (...) sim tem um papel muito dissuasor”. |
| 7       | “Nós este ano e há dois anos não demos formação (...) não tínhamos uma formação mas mais uma informação, um reconhecimento do que é que se passava, agora formação especificamente nunca foi dada”.  |
| 8       | “Para os militares Oficiais e Sargentos, sim. Para as Praças, consoante a sua missão teriam que receber indicações específicas. Mas eu acho que sim”.  |
| 9       | “Na EPI não sei se há alguém que tenha formação no âmbito da proteção civil (...) seria ótimo que houvesse em cada unidade militar alguém com formação, ou alguém que tivesse alguma ligação à área da proteção civil...”  |
| 10      | “Sim e vice-versa, os militares darem formação a elementos da proteção civil em várias temáticas. Isto funciona para os dois lados”.   |
| 11      | “Sim. (...) Porque tanto as unidades militares poderiam aprender e ficar com maior sensibilidade para a questão da proteção civil, se participassem nesses exercícios, como nós e aprendermos a parte do planeamento e preparação para as situações”.  |
| 12      | “...devido à dificuldade com o número de viaturas e o número de condutores que tem reduzido bastante (...) pode-se deduzir que não dispõe de meios necessários”.   |
| 13      | “... falta capacete, óculos, cogula, luvas, material refletor (...) não é adequado aos militares (...) poderias começar a apostar em equipamento de proteção individual...”  |
| 14      | “... não são compatíveis (...) o que fizemos foi entregar um rádio da proteção civil que é do Oficial de ligação que está na SOIS...”  |

## Apêndice H – Resumo da entrevista 6

| Questão | Resposta   |
|---------|--|
| 1       | “É de facto benéfica (...) de forma a fazer face às catástrofes naturais e incidentes de maior gravidade...”.  |
| 2       | “Neste momento, não creio que se tornasse efetivamente benéfico para a EPI o aumento da sua participação (...) infelizmente não dispomos de meios suficientes nem capazes no combate contra os incêndios florestais...”.                           |
| 3       | “De facto, poderiam ser efetuadas melhorias no que diz respeito às comunicações...”.   |
| 4       | “A meu ver, dadas as limitações que nos são impostas atualmente, não existe mais nada que a EPI pudesse disponibilizar...”.  |
| 5       | “...mais na área do combate e recuperação, visto que a área da prevenção iria exigir que os militares se ausentassem por largos períodos de tempo dos seus impedimentos ou serviços...”.   |
| 6       | “...muito rara, quase nula, sem grande impacto”.   |
| 7       | “Atualmente, não existe qualquer tipo de formação específica que tenha sido ministrada aos militares participantes em nome da Escola de uma forma oficial...”.   |
| 8       | “Sem dúvida, no entanto, é um facto de que os programas de formação já têm uma série de limitações e vicissitudes que torna praticamente impossível enquadrar novos módulos de formação...”  |
| 9       | “Neste momento, tanto quanto sei, não existe ninguém qualificado para tal. Obviamente, tudo o que seja relacionado com formação técnica e aquisição de novas valências é sempre benéfico para a valorização pessoal e profissional dos militares”. |
| 10      | “Obviamente, visto que são as entidades mais adequadas para tal, devido aos conhecimentos técnicos e experiência que possuem”.   |
| 11      | “Sem qualquer sombra de dúvida (...) porque traria uma valorização em termos de imagem pública ao Exército Português”.   |
| 12      | “Tal como mencionado anteriormente, neste momento não”.  |
| 13      | “Não é de forma alguma adequado (...) uma possível melhoria seria a aquisição de uma versão adaptada do fardamento civil ao nosso”.  |
| 14      | “Apenas temos os nossos meios de comunicação mais do que obsoletos (...) que apresentam algumas limitações em termos de compatibilidade com as frequências civis...”.  |

## Apêndice I – Resumo da entrevista 7

| Questão | Resposta   |
|---------|--|
| 1       | “Importante principalmente por dois aspetos (...) tem a ver com a defesa da floresta e (...) todo o trabalho de reforço quando são necessários pelotões militares na intervenção no próprio distrito...”   |
| 2       | “... portanto a proximidade do cidadão a intervenção dos próprios militares tem sempre aqui uma dupla valência (...) o cidadão entende que o envolvimento dos militares nestas situações traz-lhes aqui alguma segurança (...) é exatamente isso”.                     |
| 3       | “... os constrangimentos são aqueles que se verificam a todos nós naquele momento tem a ver com os custos sempre existentes com qualquer tipo de intervenção”.   |
| 4       | “... em termos de suporte logístico de apoio às próprias operações...”   |
| 5       | “Tudo isto depende, e portanto a legislação é bem clara em relação à intervenção dos militares no âmbito da proteção civil...”.  |
| 6       | “Como eu já referi importantíssima (...) por um lado dissuasão, por outro lado a própria participação dos militares no entendimento daquilo que se passa digamos fora de muros”.   |
| 7       | “... não lhe sei dizer quais as unidades visto ter sido tratado no âmbito nacional...”.  |
| 8       | “... deveria existir formação para os militares no âmbito da possível participação deles em missões de proteção civil”.  |
| 9       | “... conheço o Tenente-Coronel Álvaro Campeão (...) todo o cidadão deve estar preparado e receber formação nesta área da proteção e socorro, logicamente que os militares também...”.  |
| 10      | “As coisas funcionam bem, ou seja, o princípio é desde que exista um envolvimento de militares numa operação, existe sempre obrigatoriamente a presença de um Oficial de ligação que faz a articulação...”.  |
| 11      | “... é benéfico para o sistema”.   |
| 12      | “... é um assunto muito específico, relativamente a essa área não me posso manifestar...”.   |
| 13      | “A informação que eu tenho é que dispõe de equipamento de proteção individual e do equipamento para permitir as ações que lhe estão incumbidas...”.  |
| 14      | “... em Mafra que tem um rádio da proteção civil local que lhes permite a ligação também no âmbito das ações que lhe estão cometidas (...) ou seja, para serem compatíveis tem que existir sempre aqui uma permuta de meios da proteção civil às entidades militares”. |



## Apêndice J – Resumo da entrevista 8

| Questão | Resposta   |
|---------|--|
| 1       | “Na minha opinião é benéfico (...) contribuindo para uma maior visibilidade dos militares da EPI nesta região”.  |
| 2       | “Eu tenho dúvidas que um incremento da participação fosse benéfico se não fosse acompanhado com mais preparação e meios...”.   |
| 3       | “Desconheço de que forma a EPI coopera e coordena com a proteção civil, logo não posso opinar sobre melhorias”.  |
| 4       | “... eventualmente a EPI poderia reforçar com, por exemplo, viaturas ou tendas...”.  |
| 5       | “A potenciar, eu penso que deveria potenciar na área da prevenção”.  |
| 6       | “... eu creio que é uma participação benéfica para ambas as partes...”   |
| 7       | “Que eu tenha conhecimento, nos dois anos em que estou na EPI nunca houve uma sessão de formação relativa à participação nos planos Lira e Aluvião”.   |
| 8       | “Sem dúvida que é importante na medida em que existe sempre uma probabilidade dos militares da EPI serem chamados a intervir no terreno”:  |
| 9       | “Tenho conhecimento de pelo menos um militar (TCor Álvaro Campeão) com experiência nessa área (...) penso que a formação, a existir, deveria ser sempre feita com base em pessoal da proteção civil nos casos em que não existe ninguém na unidade com essa valência”. |
| 10      | “Constitui uma mais-valia porque são elementos que, em teoria, estarão mais em contacto com a realidade das operações...”.   |
| 11      | “Tendo em vista a probabilidade de participação da EPI, eu creio que a EPI poderia participar num exercício da proteção civil com uma periodicidade anual”.  |
| 12      | “Sim a EPI dispõe de recursos suficientes para assumir os seus compromissos no âmbito dos planos Lira e Aluvião”.  |
| 13      | “Obviamente que o material ao dispor dos militares da EPI não é o adequado para andar na “linha da frente” (...) seguramente não constituirá uma prioridade de investimento”.  |
| 14      | “Organicamente, a EPI não tem meios compatíveis (...) são-nos atribuídos alguns meios pertencentes a eles e que, logicamente são compatíveis”.   |

## Apêndice K – Resumo da entrevista 9

| Questão | Resposta  |
|---------|---|
| 1       | “É benéfica, é essencial para os dois lados (...) pela lei somos agentes de proteção civil (...) e tem a ver com os recursos disponibilizados para situações de catástrofe, de emergência, acidente grave ou calamidade (...) é mais uma área de envolvimento com o meio civil (...) há aqui uma relação nos dois sentidos...”                                |
| 2       | “...serve como divulgação da imagem militar junto da população, serve para maior aceitação, maior respeito por parte da população...”   |
| 3       | “...portanto eu vejo como naturalmente favorável a nossa participação e sobretudo incrementar essa participação...”   |
| 4       | “...nomeadamente a albergar pessoas (...) locais para serem albergados...”  |
| 5       | “... e na prevenção nós também estamos ajudar a formar os jovens de Portugal (...) portanto a prevenção é importante (...) é no prevenir que está o ganho...”   |
| 6       | “A presença militar funciona como uma forma dissuasora (...) a defesa deste grande tecido florestal que temos no concelho de Mafra (...) portanto também estamos a contribuir para a defesa do nosso património...”   |
| 7       | “...não há nenhuma formação a nível do Exército a dizer que se vai formar em fogos florestais ou vai ser técnico da proteção civil, temos tido a sorte de ter. Portanto isso não está estruturado não há formação nesse capítulo...”  |
| 8       | “Extremamente importante. Não é a primeira prioridade obviamente, mas deve estar inserida no role das preocupações...”  |
| 9       | “... deve ser preocupação de todos os comandos promover palestras de sensibilização, promoção e depois numa área muito mais restrita de preparação dos militares nesta matéria. É extremamente importante avançar (...) há militares que são do quadro e estão cá permanentemente. É essencial terem formação para si próprios para passarem o testemunho...” |
| 10      | “Fundamental. Até porque dá para os dois lados. Um militar tem que entender a forma de atuar da proteção civil, e um civil entender como é que os militares atuam...”   |
| 11      | “...é extremamente importante que para além do aspeto da divulgação da interação com o meio civil, está a oportunidade de treinar em conjunto...”   |
| 12      | “... há um mínimo de preparação há um mínimo de homens que deveremos ter, isso é garantido, não é o desejável é o possível...”  |
| 13      | “...proteção ao homem (...) alguma proteção face às altas temperaturas que estão sujeitos...”   |
| 14      | “...é distribuído um rádio da rede da proteção civil à força militar que faz vigilância e rescaldo...”  |

## Apêndice L – Resumo da entrevista 10

| Questão | Resposta  |
|---------|---|
| 1       | “... sim é benéfica porque projeta a nossa imagem na sociedade civil”.  |
| 2       | “Na minha opinião sim, pois projetava essa mesma imagem...”.  |
| 3       | “Não sei o que está descrito para se fazer alterações ou não, por isso, não me consigo pronunciar”.   |
| 4       | “Na atual conjuntura é muito difícil, pois os recursos humanos e materiais são escassos”.   |
| 5       | “Na minha opinião os militares só podem fazer prevenção e rescaldo. Combate única e exclusivamente os sapadores florestais que atuam de acordo com a plano Vulcano, que não existe na EPI”. |
| 6       | “Parece-me uma boa aposta, trabalhar na prevenção”.   |
| 7       | “Que eu saiba não há nada. Já estive nomeado para ir mas nunca recebi qualquer formação”.   |
| 8       | “Muito importante, pois assim seriam alertados para os riscos inerentes destas missões, assim como teriam alguma prática das missões que poderiam ser chamados a efetuar”.                  |
| 9       | “Não sei se existe (...) era benéfico que houvesse alguém para dar essa formação”.  |
| 10      | “Acho importante que houvesse alguém da proteção civil que desse formação a todas as entidades...”.   |
| 11      | “Seria importante no final da formação ter um exercício de proteção civil para validação de conhecimentos”.   |
| 12      | “Na minha opinião não”.   |
| 13      | “Nunca vi esse material. Como podes constatar estive nomeado mas nem sei qual era o material que teria de levar”.   |
| 14      | “Não (...) posso acrescentar que na unidade se distribui um telefone para comunicares com o escalão superior...”.   |

## Anexos

### Anexo A – Etapas do procedimento científico

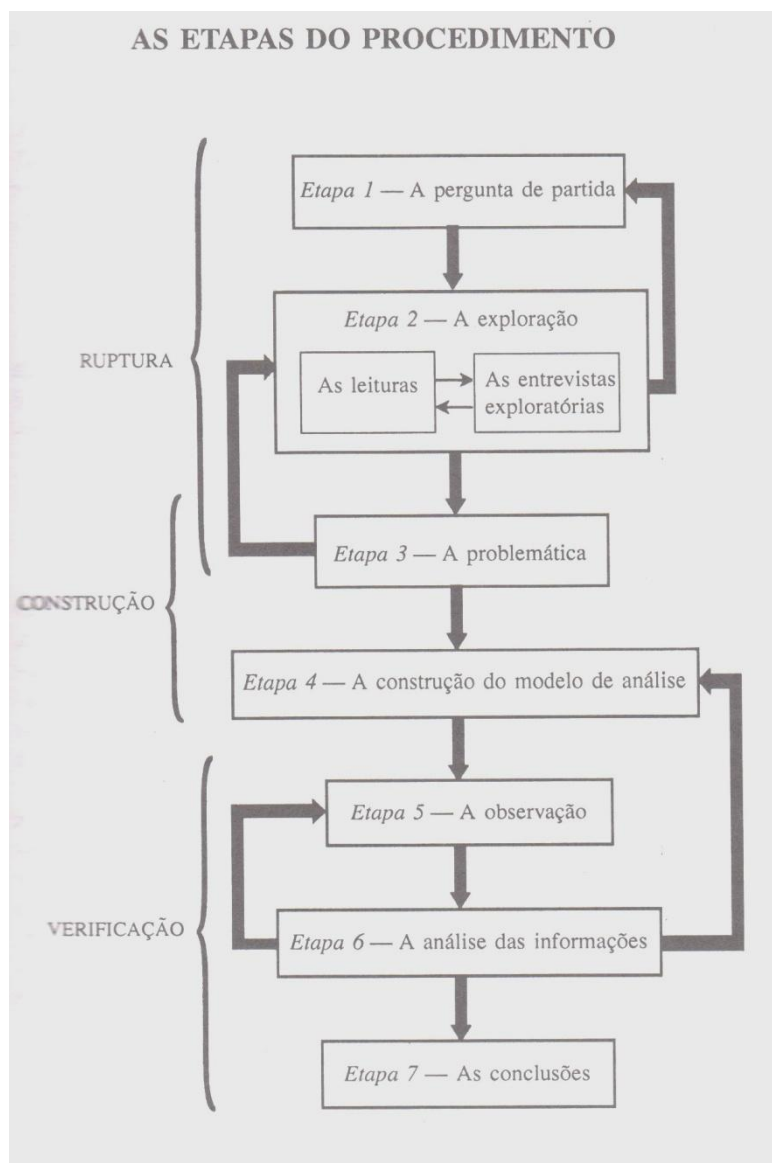


Figura n.º 17 – As etapas do procedimento.

Fonte: (Quivy & Campenhoudt, 2008/1995, p. 27).